



# Anais da Assembléia

N.º 163

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 253ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Jorge Sato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gabriel Sampaio (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

MENSAGEM 129/77 Curitiba, 30 de novembro de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 29 de junho de 1977, ao Convênio no. 11, celebrado em 26 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, com a interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, e da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, objetivando a execução das etapas que especifica, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR - Governador do Estado  
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 131/77

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

À Procuradoria Geral do Estado incumbe defender os interesses do Estado do Paraná no Judiciário, e prestar serviços de consultoria, em nível superior, inclusive aos órgãos da administração indireta.

Sua atual estrutura não lhe permite condições de desempenho satisfatório de suas relevantes atribuições, definidas no art. 59 da vigente Constituição. Esta estrutura, antiga, de há muito está a reclamar uma atualização que leve em consideração não só as peculiaridades do órgão, como as suas necessidades materiais e humanas, visando a torná-lo tão eficiente e atuante, em defesa do Estado, como uma moderna e bem organizada banca de advocacia; pois outro não é o desiderato da administração que não o de ver-se, pela sua Procuradoria Geral, eficazmente bem defendida em litígios que envolvem não apenas complexas questões de direito, como, não raro, vultoso patrimônio ou elevadas quantias que, por si, justificam, em defesa da Fazenda Pública, atuação profissional diligente, de indiscutível competência na postulação do que lhe diz respeito, quer na esfera administrativa, como nos pretórios.

Passo inicial dessa reformulação orgânica da Procuradoria Geral do Estado, de modo a permitir-lhe instrumentos de atuação mais eficiente, como o exigem o vulto dos interesses do Estado, cotidianamente postos em causa nos tribunais, foi, através do Decreto 1575, de 05 de fevereiro de 1976, conferir, a Procuradores do Estado e Advogados do Estado, lotados e com efetiva atuação no órgão, ou em outras esferas da administração, mas sob sua supervisão, remuneração mais compatível com a relevância de seu trabalho especializado, de modo a diminuir a defasagem existente com os níveis remuneratórios, para advogados, nas atividades privadas, fator de desestímulo ao aprimoramento profissional aos que militam como defensores públicos do Estado.

Estudando a problemática da Procuradoria Geral do Estado, inclusive o acervo de sua experiência adquirida ao longo dos anos, para melhor aquilatar de sua potencialidade e carência, pode elaborar-se o presente anteprojeto de lei, que objetiva, essencialmente, modernizá-la, dotá-la de organização não apenas racional, mas, e principalmente, funcional, a fim de que possa, uma vez convertido o anteprojeto em lei e implementadas as reformas que preconiza, vir o órgão a lutar sem tropeços e dificuldades materiais e humanas, num plano de igualdade de condições com quantos litiguem contra o Estado do Paraná, freqüentemente assistidos por profissionais de alto nível e recursos suficientes.

Assim, o anteprojeto prevê uma estrutura racional para a Procuradoria Geral do Estado, com a definição de competência quer de seus órgãos superiores, como dos de execução, auxiliares e de administração.

Destacam-se neste passo, a instituição do Conselho da Procuradoria e da Corregedoria, órgãos inexistentes na atual estrutura, mas previstos no anteprojeto, com definição de atribuições que falam por si de sua importância. O mesmo se há de dizer quanto às sub-Procuradorias Regionais e à Representação em Brasília.

Elemento essencial para o bom e satisfatório funcionamento da Procuradoria Geral do Estado, com a estrutura prevista no anteprojeto, diz respeito ao pessoal profissional especializado.

Em atenção a esse fator, estruturou-se a carreira de Procurador em cinco classes, iniciando-se com a de Advogado de 1a. Classe, indo daí a Advogado de 1oa. Classe, e a de Procurador de 3a., 2a., e 1.a. Classes, sendo, pois, o cargo de Advogado

de 2a. Classe o de ingresso na carreira, e o de Procurador de 1a. Classe, o cargo mais elevado, prevendo-se vencimentos compatíveis com a relevância de suas atribuições, seja na defesa dos interesses do Estado perante o Judiciário, seja nas atividades de consultoria, em nível superior, inclusive a órgãos da administração indireta.

Os atuais Procuradores lotados na Procuradoria, com a estruturação da carreira serão classificados como Procuradores de 3a. Classe; e os Advogados do Quadro Único de Pessoal da Procuradoria e das autarquias, para o primeiro provimento, em qualquer das classes, deverão submeter-se a concurso interno de provas e títulos para se classificarem nos novos cargos.

Assim, os Procuradores lotados na Procuradoria desde logo classificados na 3a. Classe, se quiserem postular melhor qualificação, por exemplo, na 2a. ou na 1a. Classe, igualmente deverão submeter-se a referido concurso interno de provas e títulos.

Quanto à parte administrativa, prevê o anteprojeto a criação de dois (02) cargos em Comissão, Símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete do Procurador Geral e de Diretor de Administração, um cargo de Oficial de Gabinete, símbolo 6-C.

Ao Corregedor, aos Chefes de Procuradorias e Sub-Procuradorias, e quando for o caso, ao Procurador designado para prestar serviços na Representação Judicial de Brasília, será devida uma gratificação mensal, calculada na base de 7,5 por cento dos vencimentos dos cargos efetivos de que forem ocupantes, percentual esse, análogo ao prevalecente noutros órgãos da administração estadual.

Inovação do anteprojeto é que, da verba de honorários de advogado, devida nas ações comuns e execuções fiscais, em favor do Estado, cinquenta por cento reverterão à sua receita eventual.

Revertendo ao Tesouro cinquenta por cento dos honorários de advogados devidos ao Estado, nas ações comuns e nas execuções fiscais, como renda eventual, esse fator será importante para diminuir a despesa com o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado, de acordo com a estrutura prevista pelo anteprojeto, sem que tal importe, todavia, em retirada total de estímulo à sempre melhor atuação profissional de seus integrantes, podendo até atingir montante superior às respectivas despesas de manutenção do órgão.

O número de cargos e respectivas classes, com a correspondente remuneração, são o resultado de acurados estudos sobre as necessidades de profissionais qualificados, da Procuradoria Geral do Estado, e das disponibilidades financeiras do erário para ocorrer à melhoria de condições de atuações do órgão na atual conjuntura.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR - Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

### TÍTULO I

### DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

#### CAPÍTULO I

##### Da Competência

Art. 1o. — A Procuradoria Geral do Estado, integrada à Secretaria do Estado da Justiça, na forma do art. 59 da Constituição Estadual, compete, através de seus órgãos:

- I — representar judicial e extrajudicialmente o Estado do Paraná;
- II — exercer as funções de consultoria jurídica ao Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado; e,
- III — prestar assistência judiciária gratuita aos necessitados.

Parágrafo Único — As atividades jurídicas da Administração

Pública Estadual serão organizadas em sistema, sob a direção da Procuradoria Geral, mediante decreto.

#### CAPÍTULO II

##### Da Estrutura

Art. 2o. — A Procuradoria Geral do Estado tem a seguinte estrutura:

##### I — ÓRGÃOS SUPERIORES:

- a). Procurador Geral do Estado;
- b). Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- c). Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado.

##### II — ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO:

- a). Procuradoria forense;
- b). Procuradoria Fiscal;
- c). Procuradoria do Patrimônio;
- d). Procuradoria Administrativa;
- e). Procuradoria Trabalhista e Previdenciária;
- f). Procuradoria de Assistência Judiciária;
- g). Sub-Procuradorias Regionais;
- h). Representação Judicial em Brasília.

##### III — ÓRGÃOS AUXILIARES:

- a). Biblioteca;
- b). Central de Leis;
- c). Serviço de Pesquisa Jurídica;
- d). Estagiários da Procuradoria Geral do Estado;
- e). Centro de Aperfeiçoamento e Divulgação.

##### IV — ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO:

- a). Divisão de Administração, compreendendo as seções de Protocolo, Portaria e Zeladoria; Telefonia; Transportes; Pessoal; Datilografia e Mecanografia; Almoarifado e Arquivo.
- b). Serviços de Administração das Procuradorias e das Sub-Procuradorias.

#### CAPÍTULO III

##### Dos Órgãos Superiores

##### Seção I

##### DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 3o. — A Procuradoria Geral do Estado será dirigida por um Procurador Geral, nomeado pelo Governador entre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo Único — O Procurador Geral do Estado tomará posse perante o Governador e será substituído em seus impedimentos e ausências por um Procurador designado pelo Secretário da Justiça.

Art. 4o. — Compete ao Procurador Geral do Estado:

- I — representar o Estado do Paraná em qualquer Juízo ou Instância, nas causas em que o mesmo for autor, réu, assistente, oponente ou qualquer forma interessado;
- II — receber citações, intimações e notificações nas ações propostas contra o Estado do Paraná;
- III — desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, mediante prévia e expressa autorização do Governador do Estado;
- IV — avocar a defesa de interesse do Estado, em qualquer ação ou processo, bem como atribuí-lo a Procurador especialmente designado;
- V — propor ao Governador, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, o encaminhamento de solicitação ao Procurador Geral da República, no sentido de formular representação ao Supremo Tribunal Federal para avocar causas processadas em quaisquer juízos ou tribunais, quando ocorram as hipóteses previstas no art. 119, inc. I, alínea o, da Constituição Federal em vigor;
- VI — propor ao Governador, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, a declaração de nulidade ou a revogação de atos administrativos;

- VII— propor as medidas necessárias ao aperfeiçoamento da defesa judicial ou extrajudicial do Estado;
- VIII— despachar o expediente da Procuradoria Geral do Estado com o Secretário da Justiça, e entender-se com os demais Secretários de Estado sobre assuntos das respectivas Pastas, relacionados com as atribuições da Procuradoria Geral;
- IX— propor as medidas necessárias à uniformização da jurisprudência administrativa e à organização das respectivas súmulas;
- X — apresentar ao Secretário de Estado da Justiça, informações sobre os serviços da Procuradoria Geral do Estado;
- XI— apresentar ao Secretário de Estado da Justiça, a lista de classificações nos concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado, bem como as listas de promoção;
- XII — propor a nomeação, exoneração e demissão de servidores administrativos, bem como a dispensa de estagiários;
- XIII— manifestar-se sobre os casos de afastamento de Procuradores do Estado, salvo no caso de nomeação para cargo em comissão;
- XIV— superintender os serviços da Procuradoria Geral do Estado e fazer as designações necessárias;
- XV— dar posse aos Procuradores Chefes, aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, ao Chefe de Gabinete, ao Oficial de Gabinete e ao Diretor de Administração;
- XVI— designar os órgãos de exercício dos servidores subordinados à Procuradoria Geral;
- XVII — aplicar pelas disciplinares aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;
- XVIII — instaurar sindicâncias; ou processos administrativos, de ofício ou por determinação do Secretário de Estado da Justiça, visando apurar irregularidades nos serviços da Procuradoria Geral do Estado;
- XIX — exercer as funções de Presidente do Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- XX — baixar portarias e expedir instruções, disciplinando as atividades dos órgãos da Procuradoria Geral, dos Procuradores, Sub-Procuradores, Advogados e servidores que nela estiverem lotados ou que estiverem subordinados à sua coordenação, orientação, supervisão, controle e fiscalização;
- XXI — dirimir conflitos de competência entre as Procuradorias ou entre estas e as Sub-Procuradorias ou qualquer outro dos órgãos referidos no inciso anterior;
- XXII— requisitar transporte para servidores da Procuradoria Geral do Estado, inclusive para o Distrito Federal e outros Estados;
- XXIII — organizar e fazer publicar as escalas de substituições nos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;
- XXIV — exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas;
- XXV — conceder férias, licenças e salário-família aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;
- XXVI — delegar encargos de natureza burocrática ao Diretor da Administração;
- XXVII — exercer outras atribuições necessárias ao desempenho de seu cargo.

#### Seção II

##### Do Gabinete do Procurador Geral do Estado

Art. 5o. — O Procurador Geral do Estado terá um Gabinete, que será dirigido por um Chefe de Gabinete nomeado em comissão e que será integrado por um Oficial de Gabinete e pelos servidores designados para esse fim.

Parágrafo Único — Funcionará, junto ao Gabinete do Procurador Geral do Estado, uma Seção de Datilografia e uma Seção de Controle de Prazos.

#### Seção III

##### Do Conselho da Procuradoria Geral do Estado

Art. 6o. — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado compor-se-á de quatro (04) membros, integrantes da carreira de Procurador do Estado.

§ 1o. — O Conselho será presidido pelo Procurador Geral do Estado.

§ 2o. — Os membros do Conselho serão designados pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça, para um mandato de dois anos, vedada a recondução para o período subsequente.

§ 3o. — Os membros do Conselho terão suplentes designados pelo Secretário de Estado da Justiça, por indicação do Procurador Geral, os quais os substituirão em suas faltas ou impedimentos e completarão o biênio em caso de vacância.

Art. 7o. — Ao Conselho da Procuradoria Geral do Estado, compete:

- I — exercer o poder disciplinar relativamente aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, apreciando transgressões e recomendando as providências cabíveis em cada caso;
- II — aplicar as penalidades correspondentes às infrações apuradas, ressalvados os casos de competência do Governador do Estado;
- III — organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso na carreira de Procurador, bem como promover a seleção de candidatos à remoção e à promoção nas respectivas carreiras;
- IV — organizar listas de antigüidade e merecimento para promoção na carreira de Procurador, fazendo a respectiva indicação e podendo, no caso de promoção por antigüidade, recusar o mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros;
- V — pronunciar-se sobre o regulamento da Procuradoria Geral do Estado e suas alterações;
- VI — processar e julgar reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concursos para ingresso, ou de remoção ou promoção na carreira de Procurador;
- VII — conhecer de representação do Procurador Geral do Estado sobre remoção compulsória, bem como determinar a instauração de sindicâncias ou processos administrativos contra integrantes da carreira de Procurador;
- VIII — proceder, em caráter permanente, ao controle do merecimento de integrantes da carreira de Procurador do Estado, para efeito de estágio probatório, promoção e outros;
- IX — indicar representantes da Procuradoria Geral do Estado para integrar comissões e órgãos de deliberação coletiva ou realizar trabalhos especializados fora da repartição;
- X — indicar integrante da carreira de Procurador para exercer o cargo de Corregedor da Procuradoria Geral do Estado;
- XI — opinar sobre pedidos de readmissão, reintegração ou reversão às carreiras de Procurador;
- XII — conhecer das suspeições e dos impedimentos de Procuradores;
- XIII — indicar nomes de integrantes da carreira de Procurador para comissão de processos administrativos e sindicâncias de interesse do Poder Executivo;
- XIV — deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria Geral do Estado, que lhe sejam submetidos pelo titular do órgão.

#### Seção IV

##### Da Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado

Art. 8o. — O Corregedor da Procuradoria Geral do Estado, indicado pelo Conselho entre os integrantes da carreira de Procurador, terá mandato de dois (02) anos, vedada a condução para o período imediato.

§ 1o. — O Corregedor será nomeado pelo Governador do Estado.

§ 2o. — Além de outras atribuições definidas em regula-

mento, compete ao Corregedor;

- I — realizar correições ordinárias e extraordinárias nos órgãos integrantes da Procuradoria Geral do Estado e nos que forem sujeitos à sua supervisão, orientação, coordenação e fiscalização, com o objetivo de manter a regularidade e eficiência dos serviços, e promover o seu aprimoramento;
- II — participar das reuniões do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, sem direito a voto;
- III — promover as sindicâncias determinadas pelo Conselho ou pelo Procurador Geral do Estado, para apuração de faltas disciplinares;
- IV — presidir as comissões de processos disciplinares;
- V — apresentar ao Conselho e ao Procurador Geral relatório das correições e sindicâncias, propondo as medidas administrativas ou disciplinares que julgar convenientes;
- VI — baixar instruções, previamente aprovadas pelo Conselho, no sentido de orientar as atividades dos Procuradores;
- VII — comunicar ao Conselho os dados e informações de que dispuser e que facilitem a apuração do merecimento individual dos integrantes da carreira de Procurador, por parte do mesmo órgão.

Parágrafo Único — O Corregedor poderá ser auxiliado por funcionário da Procuradoria Geral do Estado.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos Órgãos de Execução

###### Seção I

###### Das Procuradorias

- Art. 9o. — As Procuradorias, dirigidas por um Procurador-Chefe, designado pelo Procurador Geral do Estado, são incumbidas da defesa judicial e extrajudicial do Estado, dos serviços de consultoria jurídica e da prestação de assistência judiciária aos necessitados.
- Art. 10. — Os encargos de chefia das Procuradorias serão exercidos por integrantes da carreira de Procurador do Estado.
- Art. 11 — Compete ao Procurador-Chefe:
  - I — dirigir, coordenar, supervisionar, orientar, fiscalizar e distribuir os serviços de sua Procuradoria;
  - II — despachar o expediente de sua Procuradoria com o Procurador Geral do Estado;
  - III — representar ao Procurador Geral do Estado sobre o que julgar conveniente ao melhor desempenho das atribuições de sua Procuradoria;
  - IV — orientar as Sub-Procuradorias Regionais, a Representação Judicial em Brasília e os demais órgãos jurídicos da administração estadual nos assuntos relativos à sua Procuradoria;
  - V — visar os pareceres emitidos e os trabalhos forenses realizados pela sua Procuradoria, antes de submetê-los à aprovação do Procurador Geral do Estado;
  - VI — apresentar ao Procurador Geral do Estado relatórios semestrais das atividades de sua Procuradoria;
  - VII — comunicar por escrito ao Procurador Geral do Estado a solução das causas de interesses do Estado, inclusive de seus incidentes, e propor fundamentalmente o arquivamento de processo ou expediente administrativo em que se verifique a impossibilidade ou inconveniência de processo judicial;
  - VIII — exercer quaisquer outras atribuições previstas em lei, regulamento ou delegadas pelo Procurador Geral do Estado.

###### Seção II

###### Da Procuradoria Forense

- Art. 12 — A Procuradoria Forense compete representar e defender o Estado em Juízo, como autor, réu, assistente ou oponente, nas causas de qualquer natureza, com exceção daquelas que sejam da competência de outras Procuradorias.

###### Seção III

###### Da Procuradoria do Patrimônio

- Art. 13 — À Procuradoria do Patrimônio compete promover as medidas judiciais ou administrativas destinadas à defesa do patrimônio do Estado.

###### Seção IV

###### Da Procuradoria Fiscal

- Art. 14 — À Procuradoria Fiscal compete promover as medidas administrativas e judiciais destinadas à defesa dos interesses fiscais do Estado, bem como a inscrição e execução da dívida ativa.

Parágrafo Único — A representação do Estado nos processos fiscais, que tenham de tramitar em comarcas do interior, onde não exista Sub-Procuradoria Regional, poderá ser atribuída a agente do Ministério Público, observado o disposto no art. 46.

###### Seção V

###### Da Procuradoria Administrativa

- Art. 15 — À Procuradoria Administrativa compete defender o Estado nas ações sobre matéria de função e serviços públicos, opinando, também, os processos e expedientes administrativos a eles referentes.

###### Seção IV

###### Da Procuradoria Trabalhista e Previdenciária

- Art. 16 — À Procuradoria Trabalhista e Previdenciária, compete defender o Estado e orientar a administração nas suas relações com os servidores admitidos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive junto às instituições de previdências.

###### Seção VII

###### Da Procuradoria de Assistência Judiciária

- Art. 17 — À Procuradoria de Assistência Judiciária compete, a prestação de assistência judiciária aos necessitados, sob qualquer matéria jurídica, desde que os interesses destes não colidam com os do Estado e suas Autarquias, e na conformidade do que dispuser o regulamento da Procuradoria Geral do Estado.

###### Seção VIII

###### Das Sub-Procuradorias Regionais

- Art. 18 — As Sub-Procuradorias Regionais, subordinadas ao Procurador Geral do Estado, compete:

- I — exercer as funções atribuídas às Procuradorias, sob a orientação do Procurador-Chefe, competente, nas comarcas das respectivas regiões;
- II — exercer funções consultivas junto aos órgãos locais da administração estadual;
- III — executar serviços de natureza especial, que lhe sejam cometidas pelo Procurador Geral do Estado.

Parágrafo Único — As Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral do Estado.

###### Seção IX

###### Da Representação Judicial em Brasília

- Art. 19 — À Representação Judicial em Brasília, exercida por advogado contratado, por Procurador ou Procuradores designados, compete intervir nas causas de interesse do Estado perante os Tribunais Federais e órgãos administrativos superiores sediados na Capital Federal, mediante delegação de poderes do Procurador Geral do Estado.

#### CAPÍTULO V

###### Seção I

###### Da Diretoria de Administração

- Art. 20 — À Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Estado incumbe a realização de todos os serviços administrativos do mesmo órgão.

###### Seção II

###### Dos Serviços de Administração das Procuradorias e das Sub-Procuradorias

- Art. 21 — Aos Serviços de Administração das Procuradorias e

das Sub-Procuradorias Regionais incumbe a realização dos serviços administrativos de cada Procuradoria e Sub-Procuradoria Regional.

## CAPÍTULO VI

### Seção I

#### Das Carreiras de Procurador do Estado

Art. 22 — Fica instituída, em Quadro Especial, na Procuradoria Geral do estado, a carreira de Procurador do Estado, com a seguinte estrutura:

- I — 10 cargos de Procurador de 1a. classe;
- II — 15 cargos de Procurador de 2a. classe;
- III — 20 cargos de Procurador de 3a. classe;
- IV — 25 cargos de Advogado de 1a. classe;
- V — 35 cargos de Advogado de 2a. classe;

Art. 23 — São atribuições privativas dos integrantes da carreira de Procurador do Estado:

- I — promover a defesa do Estado em qualquer juízo ou instância;
- II — exercer as funções de Procurador-Chefe e a de Corregedor da Procuradoria Geral do Estado;
- III — integrar o Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- IV — executar os serviços de consultoria previstas no art. 1o., inciso II, desta lei, em grau de maior complexidade;
- V — prestar assistência judiciária gratuita aos legalmente necessitados;

Art. 24 — Os integrantes da carreira de Procurador do Estado, terão exercício na Procuradoria Geral, poderão ser designados para prestar serviços jurídicos em outros órgãos da administração, a juízo do Procurador Geral, e ficarão sujeitos a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho, em dois turnos diários.

Parágrafo único — Fica proibida aos integrantes da carreira de Procurador Geral do Estado a advocacia particular.

Art. 25 — O ingresso na carreira de Procurador do Estado far-se-á através dos cargos de advogados de 2a. classe, mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com obediência às normas aplicáveis à matéria.

§ 1o. — o edital de concurso estabelecerá o processo para a fixação do peso conferido aos títulos dos candidatos, bem como as demais condições e exigências.

§ 2o. — Para inscrição em concurso deverão os interessados comprovar desde logo as seguintes condições:

- I — ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II — ser bacharel em Direito e estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil pelo prazo mínimo de dois anos;
- III — estar quite com o serviço militar;
- IV — estar em gozo dos direitos políticos;
- V — ter bens antecedentes, comprovados mediante folha corrida da Justiça dos Estados onde teve domicílio nos últimos dez anos;
- VI — ter idade igual ou inferior a quarenta e cinco anos, salvo se já for funcionário público estadual.

Art. 26 — O concurso de ingresso terá validade por dois (02) anos, se não for aberto outro antes desse prazo.

§ 1o. — Para a nomeação, será obedecida a ordem de classificação no concurso, prevalecendo no caso de empate, a inscrição mais antiga na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2o. — O termo inicial para contagem do prazo de validade do concurso será o da publicação de sua homologação no órgão oficial.

### Seção II

#### Da Promoção

Art. 27 — As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antiguidade, entre os candidatos que as requereram, ressalvada a faculdade prevista no art. 7o., inciso IV, IN FINE.

Parágrafo Único — Somente depois de dois (02) anos de efetivo

exercício na respectiva classe, poderá o Procurador do Estado ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

Art. 28 — na aferição do mérito, o Conselho da Procuradoria Geral do Estado considerará os seguintes elementos de preferência:

- I — a competência profissional, demonstrada através de trabalhos jurídicos no exercício da função;
- II — a dedicação ao exercício da função pública;
- III — os diplomas ou certificados:
  - a). de conclusão de curso de especialização, mestrado, extensão universitária ou equivalente, com duração mínima de dois anos, ministrado por Faculdade de Direito oficial ou reconhecida, ou por Escola estrangeira de reconhecido valor;
  - b). de doutor em direito, conferido por Faculdade de Direito oficial ou reconhecida, ou por Escola de Direito estrangeira de reconhecido valor;
  - c). de docente, por concurso, em Faculdade de Direito oficial ou reconhecida;
  - d). de conclusão de curso de especialização, aperfeiçoamento, extensão universitária, ou equivalente, com duração mínima de um (01) ano, ministrado por Faculdade de Direito Oficial ou reconhecida;

UV — obra jurídica editada:

V — artigo, comentário ou parecer jurídico publicado em revista especializada de reconhecido valor;

VI — os trabalhos jurídicos realizados no desempenho de suas funções públicas;

VII — exercício de cargos ou funções de chefia de órgãos ou setores jurídicos.

Art. 29 — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado organizará lista, para efeito de promoção por merecimento, entre os que alcançarem melhor qualificação, dispostos em ordem de classificação decrescente.

Art. 30 — Para a promoção por antiguidade, levar-se-á em conta o maior tempo de serviço na classe imediatamente inferior àquela em que ocorreu a vaga, não se considerando como interrupção do exercício os períodos de férias, luto, casamento, exercício de cargos em comissão, júri, convocação para o serviço militar e licença para tratamento de saúde, até cento e oitenta (180) dias.

Art. 31 — Ocorrendo empate na classificação por antiguidade, terão preferência, sucessivamente, os candidatos que contem:

- a). maior tempo de serviço na carreira;
- b). maior tempo de serviço público estadual;
- c). maior tempo de serviço público em geral.

Art. 32 — As listas de classificação por merecimento e por antiguidade, serão publicadas no órgão oficial, para conhecimento dos interessados, os quais poderão reclamar ao Conselho contra a sua classificação ou exclusão, dentro de oito (08) dias.

Parágrafo único — Da decisão do Conselho sobre a reclamação, não caberá recurso.

## CAPÍTULO VII

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 33 — Ficam fixados em Cr\$ 20.280,00, em Cr\$ 18.252, e em Cr\$ 16.426,00 os vencimentos dos cargos de Procurador de 1a., 2a., e 3a. classe, e em Cr\$ 13.140,00 e em Cr\$ 11.826,00 os vencimentos dos advogados de 1a. e 2a. classe da carreira de Procurador do Estado, respectivamente.

Art. 34 — Fica assegurado aos atuais Procuradores da Procuradoria Geral do Estado o direito à classificação em cargos da carreira de Procurador do Estado, de 3a., classe, salvo manifestação expressa em contrário, no prazo de dez dias da publicação desta lei.

- Art. 35 — Os demais cargos da carreira de Procurador do Estado serão providos por Procuradores de 3a. classe e por integrantes das séries de classes de Advogado do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios das autarquias estaduais, portadores de estabilidade funcional, independentemente de suas atuais classificações, pelo critério de merecimento, mediante concurso interno de provas e títulos.
- Art. 36 — Nos trinta (30) dias seguintes à publicação desta lei, atendendo às peculiaridades da Procuradoria Geral do Estado, regulamentará o Governador o concurso interno e nomeará a banca examinadora, composta de cinco (05) membros, sob: a presidência de um dos nomeados.
- Art. 37 — Os membros da banca examinadora, não funcionários públicos estaduais, farão júris pelo desempenho de suas funções a honorários correspondentes a um vencimento de Secretário de Estado, cada um, correndo a respectiva despesa pelas dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Justiça.
- Art. 38 — Ficarão automaticamente extintos, desde a nova investidura, os cargos cujos ocupantes forem providos na carreira de Procurador do Estado.
- Art. 39 — Nos dois primeiros anos de vigência desta lei não será exigido o interstício previsto no art. 27, § único.
- Art. 40 — A Engenheiro, Contador ou outro profissional devidamente qualificado, do Quadro Único dos Quadros Próprios, designados para prestar serviços na Procuradoria Geral do Estado, como assistentes-técnicos ou peritos judiciais, será paga gratificação correspondente a 7,5 por cento do respectivo vencimento-padrão, durante o período de prestação de serviços ao órgão.
- Art. 41 — É vedada aos integrantes da carreira de Procurador, para efeito dos respectivos proventos, a aposentadoria voluntária antes de completar dois (02) anos de efetivo e permanente exercício no cargo.
- Art. 42 — A atual Procuradoria Fiscal da Secretaria de Finanças passa a constituir a Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado, prevista no art. 2o, inciso II, alínea b, desta lei, mantendo a mais estreita colaboração com os órgãos fazendários competentes, para o fiel e melhor desempenho de suas atribuições.
- Art. 43 — Ficam criados, no Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado:
- dois (02) cargos em Comissão, símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete do Procurador Geral do Estado e de Diretor de Administração;
  - um (1) cargo de oficial de Gabinete, símbolo 6-C.
- Art. 44 — Ao Corregedor, aos membros do Conselho, aos Chefes de Procuradorias e de Sub-Procuradorias e ao Procurador designado para exercer funções na Representação Judicial de Brasília, será paga uma gratificação mensal, calculada na base de 7,5 por cento do respectivo vencimento-padrão.
- Art. 45 — Aos integrantes da carreira de Procurador do Estado é vedada a percepção das gratificações pela execução de serviços extraordinários e pelo desempenho de encargo especiais.
- Art. 46 — Das importâncias relativas às condenações na verba de honorários de advogado, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, 50 por cento reverterão à receita eventual do Estado.
- Art. 47 — Os integrantes da série de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal do Serviço Civil do Poder Executivo Estadual, que não se submeterem ao concurso ou que nele não obtiverem classificação, serão apresentados à Secretaria de Estado de Recursos Humanos para os

fins de direito.

Art. 38 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 49 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 146/77

Curitiba, 22 de dezembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos ou internos, dar garantias ou prestar fiança ou aval até o valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira.

Tais recursos destinam-se exclusivamente ao financiamento de investimentos públicos de mais elevada significação econômica e social, como bem poderão comprovar os dignos membros desta Casa de Leis.

Assim, Sr. Presidente, os recursos mencionados serão inteiramente destinados à cobertura de despesas de Capital, nos seguintes setores:

a). Setor Rodoviário — Cr\$ 950.000.000,00 destinados à execução do plano estadual de obras rodoviárias, cuja aplicação desenvolver-se-á no período restante da atual administração e em parte do próximo período de governo.

O montante da autorização solicitada para esta área deverá dar cobertura a uma operação de crédito, no valor de US\$. 30.000.000, (trinta milhões de dólares), em fase preliminar de negociações junto ao Governo Federal para ser realizada com um banco ou grupo de bancos norte-americanos.

Além da operação de crédito em dólares, a autorização deverá dar amparo legal a um adiantamento/empréstimo, no valor de Cr\$ 400.000.000,00 do Fundo do Café, que representa o resultado de negociações processadas desde longa data, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café-IBC.

Como é do conhecimento de V. Exa., o IBC e o Estado do Paraná vêm mantendo discussão antiga sobre a aplicabilidade ou não da imunidade tributária subjetiva, no que tange ao ICM, inserida do art. 19 da Constituição Federal. Essa disputa judiciária, inicialmente, favoreceu o IBC, que, graças a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, teve reconhecida a imunidade com referência ao tributo em questão. Entretanto, com a elevação das autarquias à categoria de contribuintes do ICM, a abrangência do citado preceito constitucional ficou limitada aos impostos sobre o patrimônio, serviços e renda. Em recente decisão o Tribunal Federal de Recursos considerou válida a cobrança de ICM nas saídas efetuadas pelo aludido Instituto, vindo em apoio da posição defendida pelo Estado do Paraná.

Apoiado nestes fatos o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio concordou em adiantar ao Estado do Paraná, a título de antecipação a uma futura decisão judiciária favorável ao Estado, a importância de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), que, em caso de ganho de causa pelo Estado, constituir-se-á em pagamento de parte da dívida do IBC para com o Estado, em caso contrário, em empréstimo do Fundo do Café ao Estado.

Assim, considerando-se que a forma definitiva do ingresso nos cofres do Estado somente será definida no futuro, torna-se necessária a autorização dessa Casa para a concretização deste adiantamento/empréstimo.

b). Setor de Saneamento - Cr\$ 250.000.000,00 - valor destinado à integralização de capital na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos exercícios financeiros de 1978 e 1979, e que deverá ser operado com o Banco Nacional de Habitação - BNH.



c). Setor de Combate à erosão Cr\$ 200.000.000,00. Importância que deverá resultar da operação de crédito junto ao Banco Nacional de Habitação — BNH ou outras fontes, destinado a complementar recursos do Estado, no projeto de combate à erosão urbana, na região do Arenito Caiuá.

d). Setor da Educação — Área Agrícola Cr\$ 100.000.000,00 — a serem operados com o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e destinados à construção de escolas agrícolas.

Desta forma, Senhor Presidente, estará assegurada uma desejável continuidade dos programas mencionados, que representam parte do embasamento necessário a permanente expansão da utilização das nossas potencialidades econômicas.

Meu Governo elegeu, desde seus primeiros dias, entre outros, como de alta prioridade, os setores rodoviários, da educação, da saúde pública e da preservação do solo paranaense, razão porque foram mobilizados vultosos recursos financeiros, materiais e humanos para estas áreas visando superar as enormes carências que nelas existiam, geradoras de reflexos sociais e econômicos dos mais negativos.

Coerente com tais posições foi encetado no setor rodoviário, um ambicioso programa envolvendo um conjunto de estradas alimentadoras que, cumprindo funções específicas, dotassem os setores produtivos de um sistema viário moderno, capaz de reduzir os custos de frete e as incertezas no escoamento da produção. Centenas de frentes de obras foram abertas desde 1975, de modo a cumprir as metas estabelecidas. Ainda em fase de plena execução, o programa rodoviário já vem assegurando à população paranaense, significativos benefícios, que são resultantes da utilização dos trechos já entregues ao tráfego, benefícios estes que se ampliarão exponencialmente nos próximos meses, com a entrega de um maior volume de obras concluídas.

O setor da educação e da cultura têm representado no meu Governo, a área da mais alta preocupação. As metas de melhoria do ensino e da oferta de vagas escolares a todas as crianças do Paraná, têm sido perseguidas com afinco, fatos estes que são facilmente demonstráveis pelo trabalho desenvolvido no setor, pela Secretaria da Educação, representado principalmente pelo número de escolas construídas e ainda em fase de construção nos diversos ciclos do ensino, pela aprovação do Estatuto do Magistério e pelo apoio financeiro suplementar aos municípios para atendimento deste setor.

No período desta administração já foram e serão aplicadas, entre recursos próprios e de operações de crédito junto ao FAS, valores aproximados de Cr\$ 1.000.000.000,00 para construção de escolas de primeiro e segundo graus, que representam 345.000 novas vagas escolares abrigadas em 3.251 salas de aula, estando em construção e por serem iniciadas mais 2.784 novas salas de aula.

O ensino superior, através dos complexos universitários de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, receberão, ainda neste período governamental, aportes financeiros pela ordem de Cr\$ 200.000.000,00 para a melhoria e ampliação do ensino, pela viabilização da construção de seus campus universitários.

Finalmente, depois de estruturada e desenvolvidas as áreas de pesquisa agrícola e de assistência técnica aos agricultores e de preparação da infraestrutura para a formação de professores realmente capacitados ao ensino agrícola, o Governo está em condições de ampliar a rede existente com as melhorias que se fazem necessárias e ampliar o setor de forma segura e eficiente. Com os recursos solicitados no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) deverão ser construídas oito novas escolas, e reequipadas as nove, já existentes. As novas escolas serão localizadas em municípios polarizadores de economia agrícola, conforme estudos técnicos já realizados.

Devo ressaltar, Senhor Presidente, que é chegada a hora

de implantação desta rede especializada do ensino médio, porque o comportamento do homem do campo, face às novas técnicas de produção, já começa a pedir este tipo de serviço do governo.

O efeito-demonstrativo da produtividade obtido por um número cada vez mais crescente de agricultores está sendo a força indutora que exigirá, dentro de pouco tempo, a difusão intensa e a popularização destas técnicas que propiciam um rendimento maior da produção, por unidade de área.

Assim como a Educação, a saúde pública é fator essencial ao desenvolvimento sócio-econômico de qualquer povo. Por assim entender o problema, e avaliar a sua extensão, os governos da União e do Estado, em convênio firmado em 1974, iniciaram a implantação do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, no Estado do Paraná. Estes serviços preventivos da saúde deverão receber neste governo, aportes financeiros da ordem de Cr\$ 1.100.000.000,00, para que as metas estabelecidas para o ano de 1978, sejam cumpridas.

Estas metas são representadas pelos números a seguir:

— instalação de rede de água a 80 por cento da população urbana de 80 por cento dos municípios; instalação de rede de esgotos em 10 Municípios, incluindo o de Curitiba.

Os recursos de Cr\$ 250.000.000,00, ora solicitados, serão destinados ao aumento do capital da SANEPAR, que necessita crescer de acordo com o dimensionamento técnico necessário ao atendimento crescente dos serviços que instala e incorpora.

Deve-se observar que embora sejam realmente elevados os investimentos iniciais, as metas estabelecidas para a rede de água tratada serão alcançadas; entretanto, para a rede de esgotos, os recursos necessário são superiores a capacidade de investimento de um período governamental, razão por que, conjugaram-se as capacidades de investimentos do Governo da União, do Estado e das Comunidades, dentro de um cronograma bem mais longo que o previsto para as redes de fornecimento de água.

Assim sendo, fica realmente demonstrada a necessidade de intensificação dos trabalhos que objetivam o completo saneamento destes setores, principalmente, onde se apresentam de forma mais crítica, isto é, nas áreas urbanas.

Dentro da mesma filosofia de conjugação de esforços dos governos da União, dos Estados e dos Municípios, o Paraná através da Secretaria do Interior e de seu órgão técnico, a SUCEPAR, engajou-se no esforço destinado a solucionar o grande problema do combate à erosão na área do Arenito Caiuá. Supérfluo seria descrever o fenômeno que ocorre às cidades do norte do Estado, como impossível seria a tentativa de dimensionamento dos prejuízos resultantes deste mal.

Entretanto podemos dizer que cada chuva que cai, ainda leva consigo um pedaço de nossas cidades, um pedaço precioso do nosso Estado, uma fatia da fertilidade do solo brasileiro, para outros países, para o Oceano Atlântico.

Sendo verdadeira a nossa afirmação, não menos necessária é a aplicação dos recursos, ora solicitados, da ordem de Cr\$ 200.000.000,00 para a implantação da infra-estrutura técnica de suporte ao combate da erosão, dentro de uma etapa inicial de atendimento a 90 cidades do referido Arenito Caiuá.

No que tange aos aspectos financeiros globais, estes programas vêm sendo financiados por recursos oriundos do Tesouro do Estado, complementados por criteriosas operações de crédito, capazes de antecipar e viabilizar a execução de investimentos que, de outra forma, teriam de ser postergados, não obstante a indiscutível importância dos mesmos.

Mercê da programação financeira ora enunciada, as obras em execução tem seus esquemas de financiamento perfeitamente equacionados, de forma a manter um acelerado ritmo de

trabalho e a consecução das metas inicialmente estabelecidas para conclusão nos próximos 3 anos.

Finalmente, devo mencionar que o montante das operações solicitadas compõe o total de Cr\$ 1.500.000.000,00, já autorizado pela Lei de Meios de número 6963, de 12 de dezembro de 1977, que deverá vigorar no exercício financeiro de 1978 e sobre a qual está assentado o plano de obras do qual fazem parte os investimentos mencionados. Será racional esperar-se que, dentro do plano de contenção da inflação, de responsabilidade do Governo Federal, os níveis de receita previstos e aprovados por essa Assembléia Legislativa, não devam superar a previsão.

Estas, em resumo são as razões por que solicitamos esta autorização neste período do ano.

No que se refere às normas legais que regem no plano federal a concessão de autorização para empréstimos externos aos Estados, provém, além do exame administrativo das proposições no âmbito da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, Ministério da Fazenda e Banco Central, a manifestação favorável do Senado Federal, cujo recesso se prolongará até o início do mês de março de 1978. A submissão da presente matéria à Assembléia Legislativa, convocada extraordinariamente, permitirá portanto, ao Poder Executivo, caso venha a ter acolhida à sua solicitação, cumprir toda a tramitação dos empréstimos junto aos órgãos da Administração Federal e apresentar os pedidos de autorização ao Senado, logo após o reinício de seus trabalhos.

Por fim, gostaria de fazer menção a alguns aspectos financeiros e legais que permitem a análise da conveniência e viabilidade da operação pretendida. Continua o Governo do Estado a exercitar uma parcimoniosa política de mobilização de recursos de terceiros para o financiamento de seus programas, política que lhe permite a manutenção de elevadas folgas em sua capacidade de endividamento e pagamento.

No tocante a dívida externa, o montante de responsabilidade da Administração Direta era em 30 de outubro de 1977, de Cr\$ 2.494.140.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa e quatro milhões e cento e quarenta mil cruzeiros) já incluído neste total o financiamento de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares) concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Quando à dívida interna, cuja posição e evolução, são objetos das Resoluções 62 e 93 do Senado Federal, apresenta também, o Estado do Paraná, uma posição de rara comodidade, de vez que:

a) o montante máximo permissível da dívida interna poderia alcançar em janeiro de 1978, a Cr\$ 5.810.000.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e dez milhões de cruzeiros) aproximadamente, enquanto que, seu nível real se situa em Cr\$ 2.862.984,00 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil cruzeiros). Note-se ainda, que se excluídas as operações realizadas com o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS e Banco Nacional de Habitação - BNH, como permite a Resolução 93, o montante da dívida interna, ascenderia a apenas Cr\$ 214.113.000,00, ou seja, 3,7 por cento do montante permissível;

b) A capacidade de amortização anual da dívida, que é calculada em função da evolução da receita, pode ser estimada para 1978, em Cr\$ 1.245.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), enquanto que os compromissos assumidos, ascendem a Cr\$ 133.732.000,00 (cento e trinta e três milhões, setecentos e trinta e dois mil cruzeiros), ou seja, 10,7 por cento do montante permitido;

c) ainda de acordo com os parâmetros das Resoluções mencionadas, o montante do endividamento interno poderia crescer em 1978, em cerca de Cr\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta milhões de cruzeiros), correspondendo a 20 por cento da Receita, excluídas as operações de cré-

dito realizadas em 1977.

Assim sendo, Senhor Presidente, estou certo de que a presente solicitação, merecerá a acolhida dos membros do Poder Legislativo, tendo em vista os elevados objetivos a que se destina e a plena viabilidade técnica e financeira de que se reveste, esperando ter fornecido a essa Casa de Leis, elementos suficientes para sua análise.

Renovo-lhes, Senhor Presidente e Senhores Deputados nesta oportunidade, meus protestos de alta estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fianças ou aval, conceder contra-garantias de fianças, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 1.500.000.000,00 (HUM BILHÃO E QUINHENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo único - A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras e em qualquer data, até que seja atingido o montante autorizado.

Art. 2º - O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política econômico-financeira da União.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 148/77

Curitiba, 22 de dezembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de novembro de 1976, pelo Estado do Paraná, com o Ministério do Trabalho, objetivando estabelecer Plano de Cooperação com vistas à implantação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado.

- À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 149/77

Curitiba, 22 de dezembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 28 de julho de 1976, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com o Departamento Nacional de Registro do Comércio, visando à realização da MOVEX 76 - III FEIRA NACIONAL DO MOBILIÁRIO.



O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM 150/77

Curitiba, 22 de dezembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com os Municípios abaixo especificados, objetivando a instalação de cursos, visando proporcionar a formação e/ou aperfeiçoamento de contingentes de mão-de-obra, para o setor secundário da economia do Estado:

MUNICÍPIO	Data da Celebração
Ponta Grossa .....	09/11/76
Foz do Iguaçu .....	09/12/76
Paranaguá .....	15/08/77
Apucarana .....	09/12/76.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM 151/77

Curitiba, 22 de dezembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 07 de novembro de 1977, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de Francisco Beltrão, objetivando a implantação de uma unidade de preparação de mão-de-obra — UPMO.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM 152/77

Curitiba, 22 de dezembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 31 de janeiro de 1977, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, objetivando possibilitar fornecimento de informações técnicas que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-

lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o número 232/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver, SANCIONADO o Projeto de Lei número:

**81/77** Do Poder Executivo, que encaminha anteprojeto de Lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial — PM e das demais praças com estabilidade dos Quadros da Corporação. — **Agradeça-se.**

Sob o número 740/77, do Senhor Nelson João Kias, Juiz de Direito da Comarca de Araucária, encaminhando a inclusa fotocópia autenticada de Ata da instalação da Vara Criminal, Menores, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Araucária. — **Ao conhecimento da Casa.**

— **Agradeça-se.**

Sob o número 1175/77, do Senhor Neomar de Lima Peixoto, comunicando haver sido aprovado em Sessão Ordinária do dia 04 de novembro de 1977, requerimento do Edil Silvestre, cópia da sua proposição relacionada a poluição das águas do Rio Jacaré. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o número 717/77, do Senhor Belarmino Maximiano, Presidente da Câmara Municipal de Santo André, em Sessão Plenária realizada no dia 21 de novembro de 1977, houve por bem aprovar requerimento de autoria do Vereador Mendes Botelho, manifestando o descontentamento achando inclusive, aviltante a situação, que retira do Legislativo a faculdade de rejeitar proposta orçamentária, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, que, em suma, a aprovação da proposta orçamentária nada mais é do que um mero ato homologatório do Legislativo, pois se não aprovar, o Executivo a promulga na forma do projeto enviado. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 11/77, do Senhor José Antônio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Catende, Estado de Pernambuco, encaminhando cópia do requerimento 142/77, de autoria do Vereador Pedro Joaquim da Silva, que solicita às autoridades competentes uma melhor redistribuição do ICM, para os Municípios do Interior de todos os Estados da Federação. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Sob o número 1110/77, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços prestados por aquela Secretaria durante o mês de novembro de 1977. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 4.222/77, do Senhor Deputado Natanael Bento Rodrigues, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, encaminhando cópia do requerimento número 919, de autoria do Senhor Deputado José Belo Ferreira, nos seguintes termos: REQUEIRO, com amparo no Regimento Interno ouvido o Plenário, que a Assembléia Legislativa interpretando pensamento laboriosa classe servidores federais inativos de nosso Estado, prejudicados por uma decisão do DASP, com a redução de seus proventos, envie ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República — General ERNESTO GEISEL —, a seguinte mensagem telegráfica: "ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADO AMAZONAS VG POR SEUS INTEGRANTES QUE A ESTE SUBSCREVE VG PROTESTA VEE-MENTEMENTE CONTRA INQUALIFICAVEL DECISÃO DASP REDUZINDO PROVENTOS SERVIDORES INATIVOS PRINCIPALMENTE INTEGRANTES QUADRO PESSOAL EX DCT VG APOSENTADOS POSTERIORMENTE DATA 31 OUTUBRO DE 1974 VG MEDIDA ABERRANTE ET DISCRIMINA-

TÓRIA PR OUTROSSIM VG FAZ RESPEITOSO APELO VOSSÊNCIA SENTIDO DETERMINAR SUSPENSÃO MEDIDA DASP FIM EVITAR DESESPERO MILHARES SERVIDORES QUE PASSAREM INATIVIDADE APÓS PRESTAR RELEVANTES SERVIÇOS AO PAÍS PT SDC" Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência a todas as Assembléias Legislativas, para que adotem idêntica providência, em favor dos servidores de cada Estado, atingidos com a medida do DASP, exposta no presente requerimento.

— Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

# REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 16 do corrente, nesta Capital, do Senhor MANOEL COSTA CURTA.

Pessoa de boníssima formação, exerceu por longos anos o sagrado mister de farmacêutico, onde demonstrou o seu alto espírito altruísta, sempre voltado para atender aos menos favorecidos.

O prematuro falecimento do Senhor Manoel Costa Curta veio de consternar a nossa sociedade, como também das sociedades de Colombo e Bocaiúva do Sul, onde exerceu as altas funções de Prefeito Municipal, razão pela qual solicitamos o pronunciamento desta Casa, bem como se dê ciência à família enlutada e às Câmaras Municipais de Colombo e Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção nos Anais da Casa de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido dia 23 último da Senhora Glacy Orcelli, deixando viúvo o Senhor Carlos Orcelli Sobrinho.

A extinta era de tradicional família curitibana, casada com o Senhor Carlos Orcelli Sobrinho, funcionário aposentado do Banco do Brasil e presentemente residindo na cidade de Santos. Sua alma boníssima, sua facilidade de fazer amigos e conservá-los pela vida afora, sua dedicação ao esposo e aos seus familiares, fizeram do falecimento da Senhora Glacy Orcelli uma perda irreparável para a sociedade curitibana e santista.

Requer-se, outrossim, que da decisão do Plenário se dê conhecimento à família enlutada, nas pessoas do Senhor Carlos Orcelli Sobrinho, Plínio Calberg, Zina Borges de Macedo e sobrinhos da extinta, através de correspondência da Assembléia Legislativa do Paraná, encaminhada à Rua Dr. Muricy, no, 73, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à-Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, consubstanciando o nosso apelo — sugestão —, para que seja dotado o atual Porto Passagem, em Guaíra, de 300 metros de cais — em concreto de pedras, bem como se construa uma Estação de Passageiros — com estacionamento, arborização e sinalização e todas as demais obras complementares, tão necessárias e imprescindíveis, face ao volume sempre crescente de veículos (de passageiros e de cargas) originários do vizinho Estado de

Mato Grosso e do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## JUSTIFICATIVA:

O alto sentido do presente apelo, em forma de sugestão, encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, tem em vista melhor aparelhar o Porto Passagem, em Guaíra, hoje sobrecarregado com o intenso tráfego de caminhões que transportam, diuturnamente, produtos originários do vizinho Estado de Mato Grosso e do nosso Estado, bem como, visa oferecer condições de conforto e maior comodidade aos passageiros, usuários do "ferry-boat", cujo número tem aumentado, consideravelmente, nos últimos tempos. Acresce a circunstância de que, além da importância excepcional dos serviços que ora solicitamos, em caráter urgente — e que beneficiarão, em muito aquele logradouro público, verifica-se, por outro lado, que com a concretização dessas obras, teremos uma natural seqüência das obras do terminal graneleiro, ali anexo — e já em fase de operação.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer o envio de apelo ao Presidente do Banco do Brasil S/A., Presidente do Banco Central do Brasil, ao Ministério da Fazenda, e ao Ministro da Agricultura, objetivando a criação de uma linha de crédito aos sojicultores para a pré-comercialização de sua produção.

Requer outrossim, se aprovado o presente requerimento, sejam enviadas cópias para:

— OCEPAR — Organização das Cooperativas do Paraná — à Rua Cândido Lopes, 501;

— Federação da Agricultura do Paraná — à rua Marechal Deodoro, 450, 14º andar; e,

— Secretaria da Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

A complexidade do comércio da soja está a exigir a adoção de algumas providências por parte da área financeira, do Governo Federal, objetivando a proporcionar ao nosso sojicultor, melhores condições de participar ativamente do processo de comercialização daquela oleaginosa.

Pela análise que fizemos dos temas abordados no último Simpósio da Soja, organizado por esta Casa, e pelos constantes apelos que recebemos de nossos produtores rurais, consideramos indispensável a concessão, aos nossos produtores de soja e suas Cooperativas, de crédito que poderia ser enquadrado em operação tecnicamente chamada de financiamento pré-comercialização da soja.

Normalmente, nosso produtor rural, premido pela necessidade imediata de obter recursos para saldar compromissos inadimplíveis, entrega sua produção antes da colheita, ao intermediário, normalmente em condições desvantajosas, unicamente para conseguir um pequeno adiantamento de numerário.

A criação da linha de crédito de pré-comercialização, na Soja, possibilitaria suprir essa deficiência de capital de giro, ao nosso produtor, até a formalização do Empréstimo do Governo Federal, (EGF).

Relativamente aos EGF da safra de Soja de 1977/1978, seria necessário que os produtores, ou suas cooperativas, tivessem condições de iniciar a contratação dessas operações na primeira quinzena de fevereiro de 1978, pois sabemos que 80 por cento da área de Soja do Paraná foi cultivada com variedades de sementes de Soja precoces, que permitirão ao nosso agricultor iniciar o processo da colheita, ainda no decorrer do mês de janeiro.

A criação do crédito de pré-comercialização da Soja, complementado pela antecipação dos créditos de EGF, proporcio-

naria maior tranquilidade ao agricultor paranaense para comercializar um produto em que temos os Estados Unidos da América do Norte como nosso principal concorrente no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho reiteradamente abordado aqui o problema das desapropriações de terras necessárias às construções das usinas hidrelétricas no Rio Iguaçu. Há mais de três anos, uma lide judicial dos proprietários desapropriados da Usina de Salto Osório não chegou ainda à concussão, isto porque a ELETROSUL pretende pagar um preço que não satisfaz aos proprietários de terras. A Usina de Salto Santiago está sendo construída e também a Usina de Foz do Areia, além da de Itaipu. Vale dizer que 5 por cento do território paranaense vai ser inundado. Todas essas usinas têm gerado um problema social exatamente porque a ELETROSUL ou a Binacional Itaipu não tem pago o preço real da terra necessária para que o homem, proprietário ali residente, na sua totalidade de agricultor, tenha condições de ser retirado daquela propriedade e adquirir uma outra.

Senhor Presidente, em maio de 1977 enderecei um requerimento à ELETROSUL para que tentasse, na Usina de Salto Santiago conciliar uma medição de terra que se realizaria ou que se realizou no Município de Chopinzinho, facilitando aos proprietários de terras, a área desapropriada pela Reforma Agrária. A ELETROSUL respondeu à Assembléia Legislativa e afirmou que na área da Usina de Salto Santiago, já tem realizado acordos amigáveis com proprietários de terras e que o preço que se estaria pagando teria correspondido à expectativa dos proprietários.

Assim sendo, Senhor Presidente, estou endereçando novo requerimento no sentido de que a Assembléia indague da ELETROSUL, para que a ELETROSUL forneça quais os preços que realmente têm sido pagos nessas transações amigáveis, a fim de que, sendo do conhecimento público, o "quantum" desses preços possa realmente aferir se tais preços correspondem ao valor real da terra ou se os preços continuam a traduzir apenas situações que são a exceção da regra geral, porque a regra geral é de que os proprietários não concordam com o preço oferecido e a prova disso é que existe uma lide judicial, onde os proprietários tentam conseguir um preço real, um preço justo para que as suas terras. Meu requerimento, Senhor Presidente, está vasado no seguinte teor. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para enviar a CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A — ELETROSUL, expediente em que conste a seguinte indagação:

Fornecer à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a relação completa em que consta o nome do proprietário, a área adquirida, as benfeitorias existentes e o preço pago, bem como a forma de aquisição utilizada até o momento, em que a ELETROSUL afirma ter adquirido amigavelmente, para a formação da bacia de acumulação da Usina de Salto Santiago em construção no Rio Iguaçu.

Outrossim, digno-se a ELETROSUL informar, qual será o procedimento da empresa, para áreas que estejam sub-judice ou aquelas cuja documentação não for considerada "válida"? Pretende-se saber se haverá tentativa de composição amigável, com possíveis posseiros, ou somente pela via judicial agir a ELETROSUL?

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 1977.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta a este Poder, datado de 14/07/77, prestando informações a requerimento deste Deputado, a ELETROSUL, afirmou categoricamente:

"No que diz respeito à determinação do valor real das terras no reservatório de Salto Santiago, temos a informar que resultou de um complexo trabalho em que foram considerados para cada caso, parâmetros como:

- a) capacidade de uso da terra .....
- b) mercado de ofertas .....
- c) situação do imóvel .....

para concluir afirmando a ELETROSUL, em seu Ofício número PRE/410/77, que,

"Tais critérios determinaram preços dentro das expectativas dos expropriados, haja vista a boa receptividade que encontramos nas negociações já realizadas amigavelmente com proprietários detentores de títulos reconhecidamente válidos pela análise realizada pelo Departamento Jurídico da FITC".

Data vênua, mas os preços propostos pela ELETROSUL não têm correspondido à expectativa dos proprietários do Sudoeste. Convém lembrar que na Salto Osório, alguns quilômetros, rio abaixo, com usina inaugurada a mais de ano, os proprietários detentores de TÍTULOS VÁLIDOS, discutem judicialmente porque os preços oferecidos, são verdadeiramente irrisórios.

Justifica-se, assim a pretensão do subscritor em obter a relação dos proprietários das margens do Iguaçu que amigavelmente, segundo afirmação da ELETROSUL, já alienaram suas terras, para a formação do reservatório da Usina de Salto Santiago. Esta Assembléia, é parte interessada diretamente no destino que se dará àquela parte do território paranaense, e ter conhecimento de como vem se realizando tais transações, é de interesse público. Assim, não vemos como poderá negar-se a informação pleiteada, pois se realmente os preços estão na correspondência das expectativas, estaremos incentivando os proprietários a aderirem ao acordo, evitando assim maiores dificuldades à construção daquela Usina.

Por outro lado, se um dos critérios adotados para a fixação de preço, é o mercado de ofertas, é até interessante que seja de domínio público o comportamento daquele mercado, com transações já realizadas e balizando assim as futuras negociações.

Todavia, os preços que a ELETROSUL tem fixado, infelizmente não fazem justiça ao homem do Sudoeste que deixa suas terras e na maioria dos casos, não tem como recolocar-se. Daí porque, não é justo processo de fixação dos preços, ao menos socialmente falando. Um parâmetro obrigatório deveria ser incluído, o qual seja: o preço seria individualizado a cada proprietário como vem sendo feito, mas a cada caso dar-se-ia um peso diretamente proporcional às facilidades e recursos que este mesmo cidadão venha a ter para adquirir nova propriedade, sempre no sentido social, de que a compra não gere uma marginalização do nosso agricultor e venha o mesmo a engrossar as tristes favelas urbanas, destino que muitos já tomaram e que outros tantos, compulsoriamente tomarão se tal medida não for adotada. O progresso é e deve ser harmônico com o desenvolvimento particular, quando existem meios de operar-se a recolocação social do indivíduo.

A ELETROSUL, tem sistematicamente defendido sua filosofia e que acreditamos realmente seja a orientação traçada, para minimizar-se os problemas sociais gerados pela construção de usinas, mormente no setor das desapropriações. Contudo entre a filosofia da empresa e a prática — uma diferença muito grande é observada. Até agora, lamentavelmente (em que pese as reiteradas afirmações da direção) a empresa não conseguiu viabilizar composições amigáveis em que realmente a preço fosse uma reposição justa ao valor da terra. E esta filosofia é incompreensível para o homem simples e a todos os que são atingidos com as desapropriações, principalmente porque nos elevados custos de uma usina, seguramente aqueles dispendidos

nas desapropriações são os mais insignificantes. Como explicar isso, se por serem os menores, constituem-se, todavia, nos geradores dos maiores problemas sociais. Pague-se bom preço, ou melhor, pague-se apenas o preço real da terra e que possibilite a aquisição de nova propriedade e então sim, a filosofia social da empresa viabilizar-se-á. Ora se a ELETROSUL, afirma que realizou composições amigáveis e que os preços corresponderam às expectativas daqueles proprietários que transaram com a empresa, a nós interessa apenas saber o "quantum" dos preços, pois a grande maioria tem uma expectativa talvez diferente daqueles que julgaram por bem comporem-se com a empresa, no caso representando o lado forte da corda, ou seja, a parte que vai ser emitida na terra, a parte que não terá problemas para nova colocação. Assim, dizer que correspondente à expectativa não é no nosso entender, fixar-se um preço real, porque tudo vai da necessidade e das condições das partes que firmam o contrato bilateral. Uma necessidade premente, e o indivíduo desfaz-se de um bem para fazer frente, quando em outra situação obteria melhor oferta."

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo da palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

(Lendo): "Um dos maiores defeitos do legislador estadual é permitir, pela sua maioria, que matéria importante seja apreciada em marcha apressada. Matéria importante já é coisa rara, notadamente, quando se trata da reforma da Constituição Estadual. A questão de que o projeto deva ser apreciado no prazo de noventa dias, não impede que, pelo menos sessenta dias ou até seis meses antes, o assunto seja entregue ao debate e estudo de todas as camadas interessadas e dele tome conhecimento a sociedade toda. O que tem ocorrido, entanto, é que, apresentada qualquer Emenda Constitucional, os Deputados só aí passam a ter conhecimento da mesma, sendo-lhes marcado o prazo de três dias para apresentação de emendas, assim que o projeto vem à Plenário, constituindo-se, após, a Comissão Especial para emitir parecer sobre o projeto e emendas, no prazo de vinte dias. Assim, as mudanças constitucionais, seja no País, seja nos Estados, se fazem ao arrepio dos interesses dos proponentes, e o que é pior, tais circunstâncias, por vezes, são usadas como expediente sub-reptício para aprovação de uma Emenda à Constituição.

Há proposições, portanto, que sequer seriam submetidas ao Plenário, não contassem elas com a chance de serem aprovadas "a toque de caixa", e sem que fossem devidamente analisadas, notadamente em suas implicações com fatos correlatos.

A própria Carta Estadual vigente, ou seja, a Emenda número 3, de 1971, está "sub-judice", em razão do desvirtuamento havido de normas legislativas internas, e somente razões muito fortes levam a que não se cogite de atentado que impedisse qualquer modificação constitucional até decisão da matéria pelo S.T.F., entre elas, o longo prazo decorrido sem uma decisão definitiva. É de se reconhecer que o Legislativo não poderia ficar sujeito a tão longa espera, num País em que as reformas constitucionais são procedidas seguidamente.

Agora, a Assembléia e todos os seus membros, pode-se dizer, foram salvos pelo "gongo", e isso graças à obstrução feita pelo MDB na última sessão de 1977, ajudado por forças da natureza, através do mau tempo que impediu a viagem casuística de dois deputados da ARENA, convocados às pressas para a votação, enquanto se mantinha acesa a reunião por horas intermináveis, à espera dos mesmos, noite a dentro. Como a obstrução coincidiu com o término do ano legislativo, a matéria permanece pendente e pode ser melhor analisada, levando toda a Casa a conclusões verdadeiramente judiciosas, que só não serão acatadas e respeitadas se prevalecer, como não raro acontece, o imponderável como razão de decidir, que havia sido

o caminho adotado, apressadamente.

Está claro que se pretende fazer referência aos dispositivos constitucionais estaduais que dizem respeito à designação dos membros do Tribunal de Contas de nosso Estado, à sua nomeação e número de seus integrantes.

Com o mandato de segurança, impetrado em favor do Dr. Joaquim Antonio Amazonas Penido Monteiro, Auditor do Tribunal de Contas, pelo emérito professor René Dotti, abriu-se profunda incisão na matéria, colocando-se a descoberto todos os defeitos legais e constitucionais que cercam o parágrafo 4º do artigo 41 da Carta Estadual, que reza:

"Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do parágrafo terceiro, e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos conselheiros."

A posição desta Casa, também, já não é a mesma em relação a assunto tão delicado, impondo-se o debate que não só a deixe alertada, como também, em condições de adotar oportunas e pertinentes decisões a respeito.

Com efeito, antes do "Writ" ter sido ajuizado, impunha-se ao legislador a adaptação da Carta Estadual às normas do parágrafo 2º do artigo 193, da Constituição Federal, criadas pela Emenda número 7, de abril de 1977, segundo as quais os membros do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios terão o título de Conselheiros.

Ora, os auditores vinham exercendo idênticas funções em nosso Tribunal de Contas e a Constituição, segundo a tese, de fundamentação erudita, desenvolvida no mencionado pedido de Segurança, "não ressaltou qualquer distinção entre efetivos e substitutos; conselheiros e juízes; auditor geral e simples auditores. Todos aqueles que deliberam nos Tribunais de Contas dos Estados terão o título de Conselheiros".

O que se discutia no Paraná, que era saber se a Assembléia Legislativa deveria aprovar ou não a nomeação de auditores, encontra, agora, fácil resposta: se, como deflui do próprio texto do citado parágrafo 4º, do artigo 41, da nossa Carta, eram os auditores titulares das mesmas garantias e prerrogativas e sujeitos aos mesmos impedimentos, e, ainda, exercendo atuação idêntica a dos Conselheiros, como membros do T.C., não poderiam ser nomeados sem aprovação desta Casa.

Destarte, no tocante à matéria, em razão das reformas de abril, ao legislador estadual caberia somente tornar expresso que os membros do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios terão o título de Conselheiros.

Quanto ao parágrafo 4º, não lhe restaria outro, senão o caminho da sua integral supressão. Neste ponto, a matéria é inquestionável: suprimido o texto constitucional, que na realidade, após a Emenda 7, não pode mais vigor, restaria só à legislação estadual observar o disposto no artigo 25, da Lei Federal número 830, de 23 de setembro de 1949, que reorganizou o Tribunal de Contas da União, onde está assente: "Os auditores, em número de quatro, serão nomeados por Decreto, mediante concurso de títulos e provas". Tal decreto, é inegável, é nomeação que se sustenta sem o referendo da Assembléia.

Como ficaria, pois, a Emenda apresentada pelo ilustre Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, a cujo talento, sobejamente reconhecido de todos nós, neste momento, presto minha homenagem, se o próprio texto atual, que se procura emendar, também já não pode ter vigência face aos efeitos do novo dispositivo da Constituição Federal (art. 200), que incorpora, no que couber, ao direito legislado dos Estados, todo o disposto na Carta Magna?

Pela sua emenda ao artigo 41, pretende o Eminentíssimo Líder do Governo, além de procurar estabelecer a adaptação constitucional ao inverso, fazer com que a nomeação dos auditores fique sujeita a tais critérios, e sim, seja feita exclusivamente pelo Governador do Estado.

Além do que ficou visto, ocorre ainda que a Constituição

Federal dispõe, em seu artigo 13, IX, corroborando o que se disse acima, que o número de membros do Tribunal de Contas não poderá ser superior a sete, sendo-lhe defeso funcionar enquanto não for reduzido a esse limite, já aqui conforme determina o artigo 20. da Lei Federal no. 5.570/1969.

É relevante notar que a referida Lei número 5.570 foi elaborada, especialmente, dispondo sobre a adaptação dos Tribunais de Contas ao disposto no artigo 13, IX e artigo 200, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme seu próprio texto.

Daí ser conclusivo que os auditores não são membros do Tribunal de Contas, mas sim, constituem seu órgão consultivo, com caráter de substitutos eventuais, e não permanentes, dos Conselheiros.

A citação da Assembléia Legislativa, assim como a do Estado do Paraná, por seu ilustre Governador, deve ser entendida, por conseguinte, sob dois aspectos importantíssimos: o primeiro deles é o de que o impetrante, Auditor Dr. Joaquim Antônio Amazonas Penido Monteiro, em razão da vaga de conselheiro aberta no Tribunal de Contas com a aposentadoria do Dr. Nacim Baccila Neto, pleiteia que se lhe declare o direito de ser provido no cargo de Conselheiro, por entender, com amparo na judiciosa e erudita postulação de seu advogado, Professor René Dotti, que no Paraná, ambos os cargos — Auditor e Conselheiro — se equivalem e compõem o Tribunal de Contas. Com isso, a vaga de Conselheiro, atualmente existente, se tornou litigiosa, até que a sentença a ser proferida no "writ" faça coisa julgada, sem que sobrevenha, em torno do caso, outra ação. Enquanto tal não ocorrer, a vaga não poderá ser preenchida, sob pena de ação de atentado, que ordenará o restabelecimento da situação anterior. Daí, a citação da Assembléia Legislativa e do Governador do Estado, de quem depende a nomeação de Conselheiros, para integrarem o feito como litisconsortes.

Em segundo lugar, julgado procedente o mandado de segurança, ficará evidente que a matéria está sendo tratada, no Paraná, por legislação inconstitucional: a que existe deverá ser modificada e adaptada às regras cogentes em vigor, e a Emenda, que procura, "data venia", modificar essa situação para pior, fazendo uma incorporação "contra legem" e do que não existe na Constituição Federal, quanto à nomeação de auditores por ato exclusivo do Governador e como membros do T.C., será considerada simplesmente esdrúxula e inócua.

O melhor será não mexer no que está feito, e, oportunamente, fazer certo o que deva ser feito, seja quanto à Constituição Estadual, seja quanto à legislação estadual pertinente à matéria.

Poder-se-ia indagar, por último, se a Assembléia tem se omitido a respeito. Está claro que não.

Os membros do Tribunal de Contas são Conselheiros, e não Auditores. A nomeação destes como tais, representa vulneração da norma constitucional que fixa em sete o número de membros que compõem o T.C., além de infringir a citada legislação federal.

É necessário que se diferenciem as duas coisas: omissão da Assembléia e prática de ato inconstitucional pelo Poder Executivo. A Assembléia Legislativa não poderá se pronunciar sobre o que não lhe foi nem deve ser perguntado. A competência para declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato é do Poder Judiciário, e não da Assembléia.

Finalmente, cabe destacar, no trabalho desenvolvido pelo professor René Dotti, a grande e desinteressada contribuição que o mesmo traz, não só para nossas lides forenses, mas, especialmente, para o legislador paranaense, clareando-lhe cientificamente os passos, de forma erudita, honesta e humana.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em março deste ano, tivemos a oportunidade de trazer ao conhecimento da Casa, reivindicações da Associação dos Suinocultores do Estado do Paraná, mais especialmente representada pelo Núcleo da Associação que congrega o Oeste Paranaense, com sede em Toledo.

E, naquela oportunidade, a Associação sugeria ao Ministério da Agricultura e ao Plano Nacional da Suinocultura, recentemente na época instalado, pelo Governo Federal, dando uma atenção maior aos produtores de suínos do Estado do Paraná.

Hoje, a política de preços do suíno, até certo ponto, está vindo de encontro aos interesses dos produtores do Estado do Paraná.

Acontece que, por não ter uma política de preços estabelecida, o preço mínimo, a exemplo dos outros produtos, como feijão, arroz, soja, e outros produtos, os produtores de suínos, não só do Paraná, mas principalmente dos Estados do Sul, estão solicitando ao Governo Federal — mais especificamente, aos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Agricultura — que determine também que a carne e os derivados do porco, tenham também seus preços mínimos estabelecidos.

Num recente levantamento feito pela ACARPA do Paraná, chegou-se à conclusão de que, hoje, em nosso Estado, das 480 mil propriedades rurais existentes, principalmente os minifúndios, 236 mil proprietários rurais são criadores de porcos, em caráter comercial, ou simplesmente para subsistência.

Isto vem mostrar como realmente é difundida, no Estado do Paraná, a criação de porcos.

O governo brasileiro, hoje, mais notadamente através do Ministério da Agricultura, está atravessando — pelo menos é o que diz o Ministério — uma certa dificuldade em manter o mercado de carnes, no Brasil, principalmente a carne bovina, num mercado estável.

Isso se deve principalmente pelo abate das matrizes ocorrido, indiscriminadamente, nos Estados mais produtores do Brasil.

Tivemos oportunidade, de, no mês de setembro, numa entrevista com o Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, tomarmos conhecimento que somente no Estado de Minas Gerais, durante este ano, em pouco mais de 8 meses, foram abatidas mais de um milhão e 700 mil matrizes, o que vem, evidentemente, determinar uma diminuição do rebanho bovino, não só de Minas Gerais, porque isso aconteceu também no Rio Grande do Sul, o maior produtor brasileiro, aqui no Paraná e em outros Estados produtores de suínos.

Se tivermos uma política racional e estável de proteção à suinocultura brasileira, vamos contribuir também para que o rebanho bovino brasileiro tenha uma estabilidade maior.

Nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passamos a ler um requerimento de nossa autoria e que se aprovado por esta Casa, solicitamos que seja encaminhado aos Srs. Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expedientes aos Exmos. Srs. Dr. ALLYSSON PAULINELLI, Ministro da Agricultura, Dr. MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, Ministro da Fazenda, e, Dr. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, para que sejam incluídos na Pauta da próxima reunião do Conselho Interministerial de Preços, os preços

mínimos para a Carne Suína e seus Derivados, e que o referido expediente, contenha ainda o seguinte teor:

I — Que seja incluída pelo Governo Federal, entre os produtos amparados pela Política de Preços Mínimos, ou de sustentação, a carne suína e seus derivados;

II — Que o incremento das medidas de médio e longo prazos enquadrados no Plano Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura, seja elaborado pelo Ministério da Agricultura;

III — Que o preço mínimo inicial gire em torno de 13,00 (treze cruzeiros) o kilo, o que corresponderá ao preço de 195,00 (cento e noventa e cinco cruzeiros) a arroba, tendo em vista o preço atual da ração e do milho;

IV — Seja criada uma faixa especial de crédito (sistema rotativo) para a Suinocultura, conforme foi proposta pela Associação dos Suinocultores do Estado do Paraná, encaminhada à Direção do Banco do Brasil, pelo núcleo do Oeste do Paraná, região do Município de Toledo.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, representando o pensamento e os anseios dos suinocultores do Estado do Paraná, vamos neste momento expor a situação dos mesmos, e solicitar a adoção de medidas que permitam a recuperação econômica da suinocultura sul-brasileira, considerando que:

a) — que 236 mil proprietários rurais do Estado do Paraná, exploram a suinocultura a níveis de subsistência, ou a níveis de comercialização;

b) — que o setor de produção caracterizou-se por um decréscimo de 30 por cento na população suína, durante o período de 1970 a 1977, pela oferta de produtos fora dos padrões requeridos pelo mercado internacional, e por baixos índices de desfrute dos rebanhos suínos;

c) — que a realização de investimentos visando a melhoria qualitativa da exploração suína, depende de garantias de comercialização a preços de suporte conhecidos;

d) — que os preços médios recebidos pelos produtores, no período de 1974 a 1977, experimentaram uma evolução de 101 por cento para o suíno tipo raça e 116 por cento para o tipo comum, equivalendo a reduções nos preços reais recebidos de 12 por cento e 5 por cento respectivamente;

e) — que estes preços, ainda, sofrem oscilações abruptas durante os períodos de safra e entressafras;

f) — que o setor industrial do Estado, no período de 1974 a 1977, apresentou uma elevação de 30 por cento nos abates, apresentando no entanto, uma capacidade ociosa de 40 por cento em determinados períodos devido a estacionalidade da oferta;

g) — que o setor de comercialização se caracteriza e reflete as crises cíclicas de oferta abundante e baixos preços, escassês e altos preços;

h) — que a carne suína deverá se constituir numa das principais substitutivas da carne bovina no mercado interno, além de apresentar excelentes perspectivas de colocação no mercado internacional, desde que sua qualidade atenda às exigências dos importadores e exportadores;

i) — que o aumento de 614 por cento nas exportações paranaenses do produto, no período de 1974 a 1976, serve para comprovar a premissa anterior, mesmo se hoje ainda compõe pequena parcela da pauta de exportações;

j) — que o Governo Federal, Estadual e a iniciativa privada montaram estruturas de assistência técnica, pesquisa, melhoramento genético e zootécnico, e "planos" industriais que podem garantir um nível de produção e qualidade compatíveis com as exigências dos mercados internos e externos;

k) — e que, presentemente, o maior entrave situa-se na fase de comercialização."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta proposta que ora estamos encaminhando nesta Casa,

é defendida pela Associação dos Suinocultores do Estado do Paraná, e acreditamos nós, como temos dito com referência a outros produtos agrícolas, que, a melhor forma de se estabilizar o mercado seja ele qual fôr, a melhor maneira de se terminar com o atravessador, para que se aniquile de uma vez por todas com a exploração à frente da qual se vê, hoje, o consumidor, diretamente, e, muitas vezes, o consumidor, quando compra um produto caro, no mercado, no supermercado ou no armazém, primeiramente ele pensa que o culpado é o lavrador, é aquele que está produzindo para ele comer, quando na realidade este atravessador é que leva o maior lucro.

Então, a melhor forma de se estabilizar o mercado, de se ter um produto sobre o qual o consumidor possa inclusive fazer o cálculo do seu preço, é lhe dando um preço-suporte, um preço-garantia que venha realmente de encontro às aspirações do produtor.

Desta forma, o produtor, sabendo que poderá produzir porque tem um preço justo para o seu produto, e que, mesmo que produza em grande quantidade haverá, por parte do Governo, a obrigação da sustentação daquele preço, o consumidor irá adquirir, no mercado, o produto, sempre no mesmo preço.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa, uma aspiração que é dos suinocultores de todo o Estado do Paraná.

Eu mesmo, na região Sudoeste do Estado, em contatos recentes que mantive, recebi, dos suinocultores do Sudoeste, a mesma preocupação que V. Exa. demonstra no seu pronunciamento.

Posso aduzir às palavras de V. Exa., de que o Banco Central está estudando uma linha de crédito especial para atender financiamento à suinocultura.

Isto para nós, paranaenses, é de vital importância, de vez que a suinocultura contribui com 16 por cento de arrecadação estadual do setor primário da economia paranaense.

Aproveito também a oportunidade que V. Exa. me concede neste aparte, para encarecer aos Srs. Deputados o apoio a um requerimento de minha autoria, com relação aos sojicultores paranaenses.

V. Exa. que é homem acostumado às lides da agricultura, sabe que muitos plantadores de soja, nesta época já estão comprometendo o seu produto, com empresas multinacionais, de vez que elas adiantam uma pequena parcela, para liquidação posterior, na entrega dos produtos.

Formulei um apelo a Sua Excelência o Ministro da Agricultura, ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do Banco Central, ao Presidente do Banco do Brasil, para que seja criada uma linha de crédito para a pré comercialização do soja, com possibilidades de o Banco do Brasil adiantar determinadas parcelas aos agricultores, aos plantadores de soja, para que eles possam depois, com o IGF, comercializar sua produção no melhor preço possível.

Portanto, congratulo-me com V. Exa., pelo apelo que faz, necessário para o preço mínimo aos suinocultores, e, apelo a V. Exa. e aos demais Deputados que dêem apoio ao apelo que faço em favor dos sojicultores paranaenses.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, agradeço o apoio de V. Exa. e desde já me comprometo a apoiar o requerimento que V. Exa. irá apresentar ao Plenário.

Era só o que eu tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de registrar neste Plenário, a presença de S. Exa. o Sr. Deputado Federal Agostinho Rodrigues. Registra também, com satisfação, a presença do Ex-



Vereador e Ex-Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, atual Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Sr. Adegir Andrea Piacentini.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o espaço reservado à sua bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Usará da palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de longo período, volto a ocupar esta tribuna, não sem antes registrar aqui o meu mais profundo agradecimento a meus companheiros desta Casa Legislativa, aos líderes das bancadas do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, ao Presidente deste Poder, pela solidariedade que recebi durante a minha enfermidade que, felizmente, foi vencida pela cirurgia a que me submeti há 32 dias atrás.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz a esta tribuna é o fato de que a "Folha de Londrina", em sua edição de 24 do corrente mês, véspera de Natal, publica um artigo assinado pelo conhecido advogado londrinense, professor Hamil Adum.

Os conceitos emitidos pelo articulista podem ser discutíveis, mas pelo destaque dado à matéria, cabe registrar nos Anais desta Casa o pensamento de um cidadão e pensar detidamente naquilo que por ele foi dito.

Confesso que existem críticas pesadas à classe política, mas entendo que é um direito de todo cidadão dizer o que pensa e mesmo por isso é que devemos examinar detidamente o que diz Hamil Adum em seu artigo, cuja íntegra é a seguinte:

"Jamias vi alguém tão massacrado, quando o craque de futebol Pelé, falando pelo cidadão Edson Arantes do Nascimento, declarou, na oportunidade em que era homenageado pelo Senado Federal, que o povo brasileiro não sabe votar. Teria Pelé emitido uma heresia? Proferido uma inverdade? Insultado o povo brasileiro? Ou simplesmente expressado a realidade?"

Afinal de contas Pelé nada mais fez que expor sua opinião pessoal sobre as eleições no Brasil. Aliás, a mesma restrição pode ser feita em relação ao processo eleitoral em qualquer dos países tidos e havidos por politizados (como espero mostrar, mais adiante).

Se o que se pretende para o Brasil — principalmente a Oposição — é a "democracia plena", porque a carga cerrada contra o "Rei" quando ele resolveu esquecer o Maracanã e o Kosmos e ensaiar uma de político?

Temos ou não temos, todos nós, o direito de falar, de ter e emitir opiniões, sobretudo sobre política?

Foi o que Edson (Pelé) Arantes do Nascimento fez.

Se fosse um João da Silva qualquer que dissesse o que o "Rei da Bola" disse, continuaria como d'antes no quartel de Abrantes. Não se daria maior importância.

Mas como se tratava do homem dos 1.001 gols, a coisa era diferente. Sua opinião teria — como teve — repercussão nacional. Daí a gravidade do fato. Daí a necessidade de se rechaçar o que ele dissera. E daí, ainda, o rolo compressor contra ele.

Engraçado — dolorosamente engraçado — surpreendente — espantosamente surpreendente — e antecipadamente revelador que a crítica mais ferina, mais brutal, e mesmo mais desumana partisse (como partiu) do MDB, pelas palavras impiedosas de seu Presidente, o Deputado Ulisses Guimarães, lembrando à Nação que Pelé era preto.

E de nada adiantou quando, no dia seguinte, caindo em si, e medindo a gafe política em que incorrera (em termos eleitorais), procurou "emendar a mão", dando o dito por não dito. Já era tarde.

Dizendo que a diatribe de Ulisses em cima de Pelé era "antecipadamente reveladora", pretendi significar que os liberais de hoje — que como tal se autoproclamam numa arrogância exacerbada — bem podem estar encapuçando os Torquemadas de amanhã.

A experiência histórica tem mostrado, "ad nauseam", como os tolerantes de hoje facilmente se transformam nos intolerantes de amanhã, uma vez tendo chegado ao Poder.

É muito fácil e cômodo para os que estão na Oposição falarem em "democracia plena" ou outra que seja, em liberdade, em direitos do indivíduo, e quejandos.

A prova de fogo da sinceridade com que proclamam esses princípios, não está onde se encontram hoje, mas onde poderão vir a estar amanhã, isto é, no Governo.

É quando no Poder que se passa a ter a real dimensão dos homens.

Como escreveu Juca Pato, "o pobre do Pelé ficou amedrontado com a reação da imprensa, dos emedebistas, de alguns cartunistas e acabou — coitado — tentando consertar o que tinha feito.

Foi uma lástima. Afinal, ele não disse nada de mais:— O povo não sabe votar. E sabe?"

Eis-nos diante da terrível e embaraçosa questão que põe em jogo a própria legitimidade do regime democrático.

O que legitima a democracia?

A resposta vem incontinenti: O voto. Eleições livres, em que o povo escolhe quem, em seu nome e como seus representantes, irão governá-lo. Terão permissão de governá-lo.

Muitos dos que cairam de pau em cima do "preto" Pelé, disseram que antes de falar do que não entende ele devia estudar sociologia, ciência política e "outros bichos mais".

Pois a esses que tais eu digo que eles sim — e não o Pelé — é que deveriam se aprofundar mais nos fatos da política, já que se têm na conta de representar — ou ser — a inteligência do País.

Em que único momento se pode dizer que a democracia é exercida? Ou funciona?

Apenas quando o povo elege seus governantes.

Momento, sem dúvida, fugaz, embora — reconheça-se o importante. Mas não tanto quanto se pensa. Ou que não tem a importância que se lhe atribui.

A democracia só se caracteriza como tal em termos eleitorais.

Ela só existe e vive realmente por ocasião das eleições.

Mas as eleições têm um desempenho descontínuo e bem elementar.

Elas são convocadas de tempos em tempos, para que o povo proceda à escolha de seus novos governantes.

Terminada a eleição, o poder do povo se recolhe. Ou encolhe.

Retrai-se. Hiberna. Até que seja chamado novamente às urnas.

O que se passa a ter depois de uma eleição é um Governo que, embora do povo — no sentido de ter-se originado da vontade popular — passa a exercer-se sobre o povo.

Como qualquer Governo, que não se tenha originado da vontade do povo.

A única ponte existente entre governantes e governados numa democracia, são as eleições.

Concluídas as eleições, essa ponte é retirada, o povo só voltando a ser levado em conta, por ocasião do próximo pleito.

O simples fato de um Governo ser eleito pelo povo não é garantia suficiente de que ele se exercerá em benefício do povo. Pode ocorrer — e não raro ocorre — que ele se volte contra o povo.

Daí porque um Governo legítimo por sua origem, (já que eleito pelo povo), pode ilegitar-se em seu exercício.

Como, inversamente, um Governo que se investe no Poder pela força (ilegítimo por sua origem) pode vir a legitimar-se em seu exercício, se ele se volta para o povo.

Dir-se-á que os escolhidos pelo povo para que o governem, seguramente o farão com mais certeza do que aqueles que se impõem à vontade do povo.

Trata-se, aí de pura e retórica política. É a História que o prova.

Ademais, é preciso se averigüe se a eleição é veículo seguro de manifestação da vontade popular.

Ou se não é um meio precário de manifestação dessa vontade.

Sim, porque o que importa é fixar-se apenas no ato da eleição.

Naquele momento em que o eleitor é chamado a votar e que se tem como registrador da vontade popular.

A eleição — toda eleição — possui um bastidor pré-eletivo. É esse bastidor que importa analisar.

É nele que urge-se adentre, vasculhando-o.

Conquanto não devamos esquecer a importância das eleições, não podemos isolar o acontecimento eleitoral do círculo completo do processo de formação da opinião.

Se as eleições registram as decisões dos votantes; se elas computam as opiniões, como essas decisões se processaram? De onde procedem? Como se formaram?

Eis aí a vaxata quaestio da democracia. Seu calcanhar de Aquiles.

Exatameto o que constitui a sua força acaba por ser a sua fraqueza: — A opinião pública.

Não cabe, no espaço deste artigo, descer a detalhes e mostrar como se forma — ou deforma — a opinião pública. As forças que a manipulam e forjam. Que a fazem e desfazem.

Na verdade e no fundo o que se tem por opinião pública é uma opinião que é disseminada entre o povo.

Uma opinião tornada pública. Condicionada de cima para baixo.

E isso vale tanto para os regimes que monopolizam os meios de informação (totalitários) como para os em que se presume existir um sistema pluralista de informação (democráticos).

Tendo essa realidade em mente, compreende-se e se pode aceitar a afirmativa de Pelé (nem havia necessidade de o dizer, pois todos nós o sabemos) de que o povo brasileiro "não sabe votar".

E não sabe mesmo.

Não, porém, no sentido elitista que ele empregou discriminando, aí, ou tendo como povo, o homem simples, o chamado "homem comum", o "Zé povinho", não esclarecido, despolitizado, semi-analfabeto.

É o povo que não sabe votar. Todo povo, A elite e a plebe.

Já que praticamente todos votam, não na Nação, levando em conta os interesses básicos e permanentes da Nação.

Votam ou por interesse pessoal ou crassamente partidário.

Local ou regional, quando não paroquial.

Votam olhando o grupo ou a classe.

A seita ou o reduto a que pretence ou está vinculado.

Quando não votam por mesquinha conveniência ou motivos espúrios.

Na verdade não é o povo que vota.

O povo é uma abstração.

Cavilosamente explorada pelos que exploram a política.

Ou nela se arranjam gostosamente, fazendo rendosa profissão. Ou carreirismo aventureiro.

Não; não é o povo que vota, mas indivíduos, por uma daquelas razões.

E não se pense que o voto assim chamado intelectual, ou do supostamente instruído, só por isso seja um voto esclarecido, limpo, livre, independente.

Ou mais legítimo e autêntico que o voto do João da Silva, do semi-analfabeto. Ou tido por despolitizado.

Não é.

E não é porque também o intelectualizado é passível de corrupção.

Talvez, mais facilmente do que o "Zé ninguém".

Pior, porém que o eleitor que se deixa corromper, são aqueles que o corrompem. Ou o subornam de um modo ou de outro.

Esses, sim, é que denigrem o voto.

Conspurcam uma eleição, falseiam e ilegítimam a democracia.

São eles a herva daninha, a praga, a doença, a patologia do regime democrático.

Estudos sérios referentes à votação têm revelado um retrato obscuro do eleitor, tão obscuro que se é obrigado a imaginar se o público (o povo) é mesmo algo mais do que simplesmente uma audiência passiva.

Na verdade, no que tange à política — como em relação a tudo o mais — o povo (todo o povo) é massa de manobra de uma máquina meticulosamente manipulada, engraxada e lubrificada pelos que têm o comando da política e do Poder.

Schumpeter não deixou de expressar uma grande dose de verdade quando disse que o cidadão desce para um nível mais baixo de atividade, tão logo ele ingressa no terreno político, tornando-se de novo um primitivo, seu modo de pensar, tornando-se afetivo e associativo.

O povo — todo povo vota, repito — porque o processo de formação de sua opinião não parte dele. Quando muito é aprovado por seu intermédio.

Ou como diz Sartori, expondo o pensamento de Schumpeter, "mesmo as circunstâncias mais favoráveis, quase nunca acontece que a soberania popular seja o verdadeiro ponto de partida. Antes de exercer uma influência, o povo é influenciado. Antes do povo desejar algo, eles é amiúde preparado para desejar alguma coisa.

Aquilo com que nos confrontamos na análise de processos políticos, não é, em larga margem uma vontade genuína, mas, manufaturada ... A vontade do povo é o produto e não a força motivadora do processo político."

Tanto basta. Pelé está certo. Certíssimo.

Investindo contra ele, como o fez, o Presidente do MDB, chamando-o de "preto", o que tivemos foi uma explosão de racismo subliminar por parte do aristocrático, heráldico e hierático Sr. Ulisses Guimarães.

Ou, então, coisa pior: — Tartufismo.

Porque se o Pelé tivesse feito uma ostensiva declaração favorável ao MDB, seria todo o parte e a coorte que o acompanhava que o aclamariam, estentóricos, como o fazia a multidão no Maracanã quando ele exibia uma de suas sensacionais jogadas."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Consulto a Liderança do MDB sobre se deseja usar o espaço reservado ao seu Partido.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontra-se extraordinariamente reunida a Assembléia Legislativa do Estado, convocada por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, com base em prerrogativa constitucional que assiste a S. Exa.

Fê-lo, o Governador, motivado pelas razões que expôs ao longo das mensagens que encaminhou a esta Casa.

Não caberia a princípio por ser de prerrogativa de S. Exa. não caberia e até nem cabe, se cogitar do que deveria constar do elenco de matérias trazidas à consideração do Legislativo.

Entretanto, o MDB entende que deve neste momento em que se inicia este trabalho, trazer à Casa a sua posição:

"Confiava o MDB, por seus Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa, que convocado o Poder Legislativo Estadual, por iniciativa do Sr. Governador do Estado, para um período extraordinário no elenco das matérias motivadoras da convocação, constasse entre outras, projeto de lei, estabelecendo os níveis de aumento do funcionalismo público.

E justifica a sua esperança, agora sepultada, ante os fatos que a realidade está a mostrar:

a) — Vive o funcionário público do Estado, numa situação que se agrava a cada ano, com vencimentos abaixo de suas necessidades imprescindíveis e não condizentes com a relevante atuação que exerce na órbita do Poder Público, e, ainda, a cada momento corruído pela inflação permanente e pelo sempre crescente custo de vida, sem que, todavia, o Governo promova justas correções para, quebrando o congelamento imposto, adequá-lo a níveis compatíveis que proporcionem uma vida distanciada das agruras e dos sacrifícios financeiros;

b) Esses fatos se tornam ainda mais agravados quando argumento algum é suficiente para explicar a desigualdade, patrocinada pelo Governo do Estado, em que são colocados os funcionários estatutários diante de outros obreiros do Poder Público, mas, que exercem suas funções em entidades para-estaduais ou sob regime de Consolidação das Leis do Trabalho, e percebendo para o exercício das mesmas tarefas, aí sim, salários a níveis mais ajustados à realidade, acrescidos ainda de férias remuneradas, 13o. ou mais salários e outras vantagens.

Essa realidade, por injusta, penalizando tantas pessoas e tantas famílias, tem levado um sem número de funcionários públicos à demissão ou ao expediente da obtenção de licença especial para lograr um contrato de trabalho no outro regime, porém, via de regra, mantendo-se no mesmo órgão e em idênticas funções;

c) O reajuste de vencimentos previstos para vigorar a partir de 1o. de janeiro de 1978 — conquanto não solucionasse o problema em sua essência, aliviaria a tensão existente — era pretensão justa e meritória da classe, agora, diante das evidências, inexplicavelmente, postergado.

É sabido e certo que o aumento vigorará desde aquela data, entretanto, somente sendo implantado, retroativamente, a partir do segundo trimestre do próximo ano.

Tal situação imposto ao funcionalismo público não encontra justificativa, nem de ordem social nem de ordem material ou financeira, posto que, conhecidas as dificuldades em que vive o funcionário, agravadas pelas improrrogáveis despesas extras de início de ano, caberia conceder-lhe, já e de pronto, o aumento, visto que, desde meados deste ano, o Governo conhece os percentuais que haverá de fixar, pois os computou na elaboração da Lei Orçamentária para o próximo exercício.

Diante desses lamentáveis fatos, cabe ao MDB, ao lado de explicar, publicar o posicionamento que adota na presente questão:

1 — À luz da Constituição vigente é vedado ao Legislativo, logo a qualquer Deputado, a iniciativa de leis que aumentem a despesa pública, e, particularmente, que tenham por objetivo o funcionalismo do Estado.

Portanto, a ausência de Mensagem Governamental, inibe qualquer ação prática no sentido de suprir a falta do indispensável projeto de lei concedendo o aumento;

2 — Lamenta o MDB, a falta de sensibilidade do Governo, inarredável na sua disposição de adiar a concessão do aumento e a oportunidade que se perde, com a atual convocação extraordinária da Assembléia Legislativa, não se possibilitando autorizar a majoração, ao tempo em que manifesta sua estranheza em saber que durante quatro ou cinco meses ficará o Poder Executivo manipulando o dinheiro de propriedade do funcionário

para ressarcí-lo, depois, sem qualquer compensação;

3 — Anuncia que, desde agora, os Deputados emedebistas aprofundam estudos para um completo levantamento da situação salarial e funcional do Pessoal do Estado, o que leva a bancada da Oposição na Assembléia Legislativa, com base na Justiça e na Lei, a pugnar por vencimentos dignos ao funcionalismo público; pleitear percentuais de aumento condizentes com a realidade e a necessidade e a compensação pelo manuseio indevido, ao longo do tempo, por parte do empregador do que cabe ao empregado; propor, em nome da equidade, o nivelamento de vencimentos, elevando-os até onde se encontrem os salários dos celetistas do Estado, e, lutar pela reestruturação geral nos quadros do funcionalismo, de modo a se obter um arejamento nas funções públicas, possibilitando a ascensão e justa recompensação ao trabalho, ao mérito e ao tempo de serviço, hoje obstaculado pelo anacronismo das normas em vigor.

Cabe ainda, afirmar, com relação a convocação extraordinária, que o rol de Mensagens enviadas pelo Governo, será objeto de acurado e detido estudo e motivo de atenciosa avaliação, mormente no que pleiteia a ampliação de tributos e a captação de recursos financeiros através de empréstimos ou financiamentos.

A frustração dos Deputados do MDB pela desatenção e marginalização a que se relega o funcionário público não haverá de afetar a visão dos problemas do Estado, o que levará a Oposição a deliberar sempre em favor do Paraná".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para que o MDB não desfralde sozinho a bandeira de lutas em favor do aumento do funcionalismo.

V. Exa. e toda a Casa sabe que eu, da tribuna desta Casa fiz apelo ao Sr. Governador, no sentido de que ele enviasse, ainda quase no final do nosso período legislativo, Mensagem, propondo elevação de vencimentos ao funcionalismo.

E na oportunidade, eu também verberava a insensibilidade dos setores responsáveis do Governo do Estado, pelo reajustamento dos vencimentos do funcionalismo.

Mas, como homem da Arena fui convidado a comparecer à Secretaria de Finanças e tomar conhecimento dos estudos que se fazem, hoje, no Governo, para a concessão do aumento.

E a justificativa que recebi na oportunidade, pelo não envio da Mensagem antes do término do período legislativo de 1977, foi de que tendo havido um decréscimo na arrecadação do Estado e os níveis ajustados, acertados e apontados para o aumento de vencimentos do funcionalismo público, não se ajustariam à realidade inflacionária.

O Governo, na oportunidade, se tivesse enviado a Mensagem, não poderia conceder, pelo menos os 40 por cento, que foi a defasagem sofrida pela moeda no exercício de 77, segundo declarações do Sr. Ministro da Fazenda.

E agora, no entanto, no início do ano, com a comercialização da safra do café, com a comercialização da venda de produtos do setor agrícola, a tendência da arrecadação é crescer e o Governo poderá mandar mensagem, concedendo um aumento substancial e já a partir de primeiro de janeiro.

Agora, quanto à afirmação que V. Exa. faz, desta tribuna, de que o Governo estaria usando ou negociando o dinheiro do funcionalismo, exatamente eu acho que as razões que me deu o Sr. Secretário de Finanças, mais o Secretário de Recursos Humanos, de que não havia disponibilidade de caixa para um aumento substancial ao funcionalismo, no último trimestre de 77, invalida a tese de V. Exa. que o Governo estaria utilizando o dinheiro do funcionalismo para outros fins.

Queria apenas agradecer o aparte de V. Exa. e fixar a minha posição em favor do funcionalismo, não como medida demagógica e com fins eleitorais, eleitoreiros, porque conhece-

mos bem a tendência do voto do funcionalismo: sempre contra o Governo, sempre contra os homens da ARENA, partido que dá apoio ao Governo.

Sempre será assim; não mudará nunca. Quando o MDB fôr Governo, o funcionalismo estará contra o MDB.

Apenas por uma questão de sensibilidade humana, de justiça e reconhecendo a larga folha de serviços prestada ao Estado pelo seu funcionalismo, porque, sem ele, sem a sua dedicação, será impossível o Governo movimentar a sua máquina administrativa.

Então, apenas me fixando nessa particularidade, é que sempre me coloco ao lado do funcionalismo, como me coloco sempre ao lado daqueles que precisam do apoio de seus representantes, que são, em suma, os Srs. Deputados.

Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Erondy Silvério, não pretendia acrescentar nada além do que li nesta nota.

Todavia, o substancioso e largo aparte de V. Exa., tentando trazer uma justificativa para o procedimento do Governo, me faz analisar o raciocínio que usa V. Exa., que usa o Governo, de que uma quebra de arrecadação neste final de ano, não permitiria a fixação de percentuais de aumento para o próximo ano.

Parece-me pouco insubsistente essa afirmação sua, nobre Deputado. Fosse assim teria sido mais parcimonioso o Governo na elaboração de sua Lei Orçamentária.

E considerando a sua quebra de arrecadação, teria reduzido os investimentos para o exercício do próximo ano. Não o fez.

Contrariamente os ampliou.

E os ampliou porque acredita na potencialidade deste Estado, porque acredita nas riquezas do Paraná, porque acredita na vitalidade do paranaense.

Por isso, creio, assim procedeu o Governo.

Ampliou e ampliou largamente, os investimentos para o exercício de 78.

Portanto, não cabe bem essa sua argumentação e não pode ser aceita, eminente Deputado Erondy Silvério, porque ele não resiste, realmente, a um exame até mesmo mais superficial.

Não gostaria de me aprofundar agora num debate em relação a essa questão, porque teria, inclusive, outras manifestações do Governo para juntar contrariamente a essa tese, contra esse argumento.

Mas a questão é para frente, para o futuro.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Vejo na argumentação que o Deputado Erondy Silvério traz a esta Casa, uma contribuição à afirmação dada pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsem.

O argumento do deficit de nossa balança comercial, em novembro, mês que não houve comercialização de café.

Mas, o Sr. Simonsem foi tão otimista em suas previsões que não deixou por menos: disse que, em dezembro, a exportação do café chegaria a 300 milhões de dólares, ao contrário de novembro que esteve na casa dos 80 milhões de dólares.

Portanto, o mês de dezembro será um mês benéfico para a economia paranaense.

E há uma previsão feita pela Secretaria de Finanças de nosso Estado e pelo Ministério da Fazenda, nesse sentido.

Portanto, parece-me que, ou há falta de entrosamento, ou falta de planejamento, ou talvez ainda, haja falta de vontade, de se dar ao funcionalismo o que ele merece.

Realmente, o funcionalismo será sempre do contra enquanto o Governo pretender manter o funcionário como um pária da sociedade.

Realmente, o professor será sempre contra quando se

escraviza o professor, numa escola, e se admite o fracasso total da educação brasileira, com os nefastos cursinhos que são a figura viva, que são o exemplo vivo do fracasso total da nossa educação.

Portanto, este argumento do Sr. Secretário não me parece válido, como não foram válidos também os argumentos pelo não pagamento do funcionalismo público no mês de dezembro, ele que já não tem o 13o. antes do Natal.

Forçou-se uma economia do funcionário público, o miserável do filho não teve o seu presente, porque o nosso Governador achou que filho de funcionário público não merece Natal.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Enéas Faria, me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) (Faz soar os tímpanos) Apenas para advertir...

O SR. ENÉAS FARIA — Teria muita honra em ouvir o eminente Líder da Arena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência comunica a V. Exa. que tem dois minutos para concluir.

O SR. ENÉAS FARIA — Transfiro a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado.

Eu, diante do aparte lacrimante do nobre Deputado Deni Schwartz, que poderia até inspirar uma nova telenovela na Globo, teria a opor, ao seu pronunciamento, um argumento que me parece decisivo.

O Governador poderia, perfeitamente, aproveitando esta convocação extraordinária, propor aumento ao funcionalismo.

Mas o faria, evidentemente, em bases muito menores do que aquela em que, tenho certeza, conferirá ao funcionalismo no mês de março.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Luiz Roberto, me permite interromper?

(Assentimento).

Pelo que anuncia V. Exa., pelo que já disse o Deputado Erondy Silvério, e pelo que alardea o Governo do Estado, parece que o Estado do Paraná irá dar um exemplo ao Brasil.

Irá fazer com que o seu funcionário, com que o seu empregado, recupere o poder aquisitivo que vem perdendo através dos anos, através de um percentual justo e honesto, de aumento para o próximo ano.

Portanto, nós não podemos esperar que este percentual fique abaixo de índices reais de efetivo reajuste do poder aquisitivo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O justo é muito objetivo, nobre Deputado.

O que estou dizendo a V. Exa. é que o Governo conferirá ao funcionário público, no próximo ano, o máximo que puder e o máximo, evidentemente, que seus recursos permitirem.

Mas, todavia, tendo certeza que será maior do que aquele que eventualmente ele pudesse dar neste ano, que não foi um ano favorável à economia paranaense por uma série de razões conhecidas, já debatidas, exauridas, pesquisadas; há mesmo aí uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está estudando o problema da economia paranaense e sabe melhor do que ninguém, de que o desempenho da área privada, principalmente agrícola, nos últimos cinco meses, no Estado do Paraná, não foi satisfatório.

Razão pela qual o Governador poderia, perfeitamente, num gesto de pura demagogia, com cheiro populista, conferir ao funcionalismo um aumento que não seria aquele mais razoável que ele, evidentemente, conferirá no próximo ano.

De maneira que, eu, aceito a colocação de V. Exa. que não podia deixar de ser feita; o Partido também se investe

como salvacionista funcional, e o Deputado Erondy Silvério colocou bem dizendo que já é uma massa eleitoral que tradicionalmente vota na Oposição.

Mas, eu continuo acreditando que é uma maneira mais racional, mais lógica, que o Governo adotou. Ao invés de uma presa fácil, de um apelo demagógico, pretende dar aquilo que o funcionário está merecendo. Não sei se o justo no entendimento de V. Exa., mas, com certeza, o justo no nosso entendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos).

O SR. ENÉAS FARIA — Concluo, Sr. Presidente, para apenas dizer que não posso entender e não entendo demagogia em se conferir o mínimo indispensável para que uma criatura humana viva digna e decentemente.

É isto que o Governo vem protelando, é isto que o Governo vem pretendendo não fazer. Por ora, não há mais o que acrescentar, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 149/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 115/77, encaminhando ante projeto de Lei que dispõe a REFORMULAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, FORMA DE INCIDÊNCIA e COBRANÇA DA TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Sem Pareceres das Comissões Técnicas.

#### PROJETO DE LEI No. 149/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1o. — A Taxa de Segurança Pública destina-se ao atendimento das despesas resultantes dos serviços prestados pelo Estado do Paraná, a que se referem os itens, incisos e alíneas constantes das tabelas anexas, que fazem parte integrante desta lei.

Art. 2o. — Para os efeitos desta lei são considerados contribuintes as pessoas naturais ou jurídicas, que se utilizarem dos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 3o. — A Taxa de Segurança Pública será recolhida através do estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná, e, onde não houver agência deste, nas agências arrecadadoras competentes, na conformidade dos valores estipulados nas tabelas integrantes desta lei.

Parágrafo Único — O recolhimento da Taxa de Segurança Pública obedecerá aos procedimentos usuais adotados para os demais tributos estaduais.

Art. 4o. — Os valores constantes dos itens, incisos e alíneas serão anualmente reajustados, de acordo com os índices de reajustamento fixados pelo Governo Federal.

§ 1o. — Estabelecido o coeficiente de reajustamento, a Secretaria de Estado da Segurança Pública baixará resoluções fixando os valores respectivos, desprezadas as frações de cruzeiro.

§ 2o. — Os valores reajustados serão cobrados sempre no exercício seguinte.

Art. 5o. — Os valores estabelecidos nas tabelas anexas serão cobrados a partir do próximo exercício.

Art. 6o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### TABELA "A" DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL

Alvará mensal para:

- a). Alto falantes:
    - I — fixos ou móveis para propaganda em geral . . . Cr\$ 71,00
    - II — fixos ou móveis para diversões . . . . . Cr\$ 86,00
  - b). Boite, Music-hall, Grill-room, Drive-in, Uiscaria, Dancing ou Cabaré, Taxi-girl, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:
    - I — com bailarinas de sala e "show" . . . . . Cr\$ 416,00
    - II — com bailarinas de sala, sem "show" . . . . . Cr/ 305,00
    - III — com "show", sem bailarinas de sala . . . . . Cr\$ 247,00
    - IV — sem "show" e sem bailarinas de sala . . . . . Cr\$ 204,00
  - c). Cinemas:
    - I — Com exibição em qualquer bitola, em cidades de até 50.000 habitantes . . . . . Cr\$ 27,00
    - II — com exibição em bitola de 35 mm, em cidades com mais de 50.000 habitantes . . . . . Cr\$ 48,00
    - III — até 3 sessões semanais . . . . . Cr\$ 86,00
    - IV — até 4 sessões por dia . . . . . Cr\$ 204,00
    - V — com lotação até 1.000 lugares . . . . . Cr\$ 204,00
    - VI — com lotação superior a 1.000 lugares . . . . . Cr\$ 247,00
    - VII — com mais de 4 sessões por dia . . . . . Cr\$ 314,00
- NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 70 mm, teria, sorveteria, lancharia, ou em outros estabelecimentos congêneres . . . . . Cr\$ 57,00
- e). Parque ou Stand de diversões:
    - I — por aparelho ou local de atração . . . . . Cr\$ 48,00
    - II — com tiro ao alvo, por arma . . . . . Cr\$ 19,00
  - f). Parque de patinação ou piscina pública em recinto aberto ou fechado . . . . . Cr\$ 204,00
  - g). Jogos de carteados lícitos, permitidos em sociedades legitimamente constituídas, alvará por mesa . . . . . Cr\$ 204,00
  - h). Rádio emissora e Televisão . . . . . Cr\$ 123,00
  - i). Demais diversões públicas não especificadas nesta Tabela . . . . . Cr\$ 162,00
- 2 — Alvará para:
- a). Bailes:
    - I — públicos ou populares, com cobrança de ingressos, mesa ou convite.
      - em cidades com até 50.000 habitantes, por baile . . . . . Cr\$ 86,00
      - em cidades com mais de 50.000 habitantes, por baile . . . . . Cr\$ 123,00
    - II — nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do Interior, por baile . . . . . Cr\$ 48,00
  - b). Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:
    - I — de 1 a 5 dias de espetáculos . . . . . Cr\$ 100,00
    - II — de 6 a 10 dias de espetáculos . . . . . Cr\$ 151,00
    - III — de 11 a 15 dias de espetáculos . . . . . Cr\$ 204,00
    - IV — de mais de 15 dias de espetáculos . . . . . Cr\$ 314,00
  - c). Luta livre, box ou similares, com entradas pagas, por espetáculo . . . . . Cr\$ 144,00
  - g). Gelorama ou similares, por dia . . . . . Cr\$ 314,00
- 3 — Registro de:
- a). Associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc. (anual) . . . . . Cr\$ 204,00
  - b). Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se referem o item I, alínea b, e incisos, desta Tabela (anual) . . . . . Cr\$ 314,00
  - c). Salões de bailes denominados "públicos" ou "populares" ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes. (anual) . . . . . Cr\$ 204,00
  - d). Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:

I —	bailarinas de sala .....	Cr\$ 19,00
II —	artistas e axiliares teatrais, etc. ....	Cr\$ 57,00
III —	empresários e proprietários .....	Cr\$ 100,00
4. —	Vistorias diversas:	
	Por vistoria .....	Cr\$ 162,00
5 —	Comprovada a falta de pagamento das taxas previstas na presente Tabela, o infrator será autuado e multado pecuniariamente em até o triplo da Taxa prevista.	
NOTA: Serão competentes para efetuar a autuação, na Capital, a Delegacia de Jogos e Diversões, e no Interior, as respectivas Delegacias de Polícia.		
6 —	Certidões:	
a).	de autos de inquéritos policiais, processos contravencionais, etc., por folha .....	Cr\$ 8,00
b).	negativas, expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis .....	Cr\$ 41,00
c).	diversas, de atos praticados em Delegacias de Polícia, não compreendidas nas Tabelas desta Lei .....	Cr\$ 27,00
7 —	Atestados diversos, fornecidos pelas autoridades policiais .....	Cr\$ 15,00
8 —	Inscrição no Curso de Formação de Vigilante da Escola de Polícia (Dec. 2140/76) .....	Cr\$ 200,00
9 —	Expedição de Certificados diversos pela Escola de Polícia .....	Cr\$ 50,00

TABELA "B"  
DOS ATOS RELATIVOS À ORDEM  
POLÍTICA E SOCIAL

10 —	Alvará:	
a).	para Agências de Informações - anual .....	Cr\$ 100,00
b).	de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem ou reformem armas em geral - anual .....	Cr\$ 100,00
c).	de fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:	
a —	fabricantes - anual .....	Cr\$ 1.200,00
II —	representante - anual .....	Cr\$ 500,00
III —	comerciante - anual .....	Cr\$ 500,00
d).	de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis - anual .....	Cr\$ 500,00
e).	de habilitação para exercer a profissão de encarregado de fogo e/ou técnico de explosivos — "blaster" - anual .....	Cr\$ 20,00
f).	de licença para transporte de mostruário de armas e munições - anual .....	Cr\$ 500,00
g).	licença para o comércio de fogos de artifícios:	
I —	firmas atacadistas - anual .....	Cr\$ 500,00
II —	firmas varejistas - anual .....	Cr\$ 500,00
h).	de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivos - alvará anual:	
I —	autônomo - por unidade transportadora .....	Cr\$ 57,00
II —	empresas - por unidade transportadora .....	Cr\$ 78,00
i).	de vistoria em fábricas ou depósitos de explosivos ou inflamáveis - anual .....	Cr\$ 64,00
j).	de licença para uso ou emprego de explosivos - anual .....	Cr\$ 500,00
11 —	Registros anuais:	
a).	de arma de defesa pessoal .....	Cr\$ 64,00
II —	de arma de tiro ao alvo ou caça .....	Cr\$ 100,00
c).	de museus ou colecionadores de armas:	
I —	até dez armas .....	Cr\$ 64,00
II —	mais de dez armas .....	Cr\$ 100,00
d).	de hotéis, motéis, pensões ou similares:	

I —	até dez quartos .....	Cr\$ 64,00
II —	de onze a vinte quartos .....	Cr\$ 78,00
III —	de vinte e um a cinquenta quartos .....	Cr\$ 162,00
IV —	de mais de cinquenta quartos .....	Cr\$ 305,00
e).	transferências de registro em geral .....	Cr\$ 64,00
12 —	Atestados:	
a).	de antecedentes político e social:	
I —	para fins particulares .....	Cr\$ 19,00
II —	para fins de obtenção de emprego .....	Cr\$ 10,00
b).	de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos .....	Cr\$ 41,00
13 —	Licenças:	
a).	para o porte de armas de defesa pessoal:	
I —	para motoristas profissionais - por ano .....	Cr\$ 58,00
II —	para particulares em geral - por ano .....	Cr\$ 204,00
b).	para trânsito de armas de caça - anual .....	Cr\$ 19,00
c).	para trânsito de armas de tiro ao alvo - anual .....	Cr\$ 41,00
d).	para compra de armas e munições .....	Cr\$ 19,00
14 —	Certidões:	
a).	de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis .....	Cr\$ 64,00
b).	diversas, não compreendidas nesta Tabela ..	Cr\$ 41,00
15 —	Certificado de cumprimento do Decreto 2140/76 .....	Cr/ 424,00

TABELA "C"  
DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO  
DE IDENTIFICAÇÃO E DE  
INVESTIGAÇÃO

16 —	Atestados:	
I —	de antecedentes criminais para obtenção de visto de saída .....	Cr\$ 34,00
II —	de antecedentes criminais para outros fins .....	Cr\$ 19,00
III —	para pessoas não identificadas neste Estado .....	Cr\$ 19,00
17 —	Cédulas:	
I —	de identidade .....	Cr\$ 49,00
II —	segunda via de cédula de identidade .....	Cr\$ 100,00
III —	retificações em geral .....	Cr\$ 100,00

TABELA "D"  
DOS ATOS RELATIVOS AO  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL

18 —	Certidões:	
I —	de laudo de necrópsia .....	Cr\$ 19,00
II —	de laudo de exumação e necrópsia .....	Cr\$ 100,00
III —	de laudo de lesões corporais para fins particulares .....	Cr\$ 19,00
IV —	de laudos para processos de acidentes do trabalho .....	Cr\$ 19,00
V —	de exames toxicológicos .....	Cr\$ 19,00
VI —	de exames anatomo-patológicos .....	Cr\$ 19,00
VII —	de exames sexológicos .....	Cr\$ 19,00
VIII —	de exame de verificação de idade .....	Cr\$ 19,00
IX —	de exame de sanidade mental .....	Cr\$ 19,00
X —	de exames de outras naturezas .....	Cr\$ 19,00
19 —	Taxa de embalsamento .....	Cr\$ 204,00
20 —	Exames radiológicos .....	Cr\$ 204,00

TABELA "E"  
DOS ATOS RELATIVOS AO  
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

21 —	Exames externos:	
I —	Acidentes de Trânsito na Capital .....	Cr\$ 204,00
II —	Acidentes de Trânsito fora da Cap. ....	Cr\$ 416,00



## 22 — Vistorias:

- I — Constatação de danos e vistorias de outra natureza, na Capital ..... Cr\$ 167,00
- II — constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital ..... Cr\$ 314,00
- III — Levantamento em questões possessórias, na Capital ..... Cr\$ 416,00
- IV — Levantamento em questões possessórias, fora da Capital ..... Cr\$ 519,00

NOTA: Os valores dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidos a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 102,00, em função do tempo de serviço dispensado a menor complexidade do trabalho.

## 23 — Exames diversos e pareceres; exames de documentos contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos ..... Cr\$ 519,00

NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devam ultrapassar o limite estabelecido neste ítem, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.

## 24 — Fotografias:

- I — Fotografias legendas e autenticadas até o tamanho 18x24 (1a. via) ..... Cr\$ 19,00
- II — Demais vias, por unidade ..... Cr\$ 8,00
- III — Ampliação fotográfica, até o tamanho de 30x40 (1a. via) ..... Cr\$ 100,00
- IV — Demais vias, por unidade ..... Cr\$ 78,00

NOTA: Ampliações que ultrapassem o tamanho 30x40, serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.

## 25 — Cópias:

- a). fotostáticas de documentos, para cada folha ou exemplar: ..... Cr\$ 8,00
- b). heliográficas, por unidade:
- I — medindo até 33x22 ..... Cr\$ 19,00
- II — ultrapassando essa medida ..... Cr\$ 27,00
- c). de laudos, exceto fotografias e diagramas, por via ..... Cr\$ 27,00

NOTA: Não serão fornecidas cópias de laudos sem as respectivas ilustrações, quando houver.

TABELA "F"  
DOS ATOS RELATIVOS AO  
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

- I — Habilitação de condutores:
- I — Aprendizagem e autorização para conduzir veículos ..... Cr\$ 34,00
- 2 — Provas escritas ou orais, sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais ..... Cr\$ 34,00
- 3 — Provas práticas da direção na via pública .... Cr\$ 34,00
- 4 — Exames:
- a). de sanidade física e mental ..... Cr\$ 75,00
- b). psicotécnico ..... Cr\$ 75,00
- c). 2a. via cartão psicotécnico ..... Cr\$ 100,00
- 5 — Carteira Nacional de Habilitação ..... Cr\$ 50,00
- 6 — Averbação da Carteira Nacional de Habilitação ..... Cr\$ 50,00
- 7 — 2a. Via da Carteira Nacional de Habilitação ..... Cr\$ 50,00
- 8 — Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses ..... Cr\$ 71,00
- 9 — Autorização a motorista amador, diplomata,

ou credenciado, junto às representações diplomáticas, até 12 meses ..... Cr\$ 71,00

## II — Licenças diversas:

- 10 — Às pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano ..... Cr\$ 107,00
- 11 — Para trânsito de veículos, sem placas, mediante licença especial de parabrisa, até 15 dias, por dia ..... Cr\$ 10,00
- 12 — Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio) ..... Cr\$ 107,00
- 13 — Para uso anual de placa experiência ..... Cr\$ 71,00
- 14 — Para estacionamento em faixas de estacionamento - "pontos de estacionamento de veículos de aluguel" - por ano ..... Cr\$ 107,00

## III — Autorizações diversas:

- 15 — Para substituição, remarcação ou regravação do motor ..... Cr\$ 34,00
- 16 — Para remarcação ou regravação de chassi ..... Cr\$ 35,00
- 17 — Para remontagem de veículos ..... Cr\$ 71,00
- 18 — Para pequenas adaptações no veículo, de acessórios não convencionais ..... Cr\$ 71,00
- 19 — Para colocação de dísticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físséis, por ano ..... Cr\$ 34,00
- 20 — Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito ..... Cr\$ 71,00
- 21 — Para guinchamentos privados, por guincho, anualmente ..... Cr\$ 107,00

## IV — Registros diversos:

- 22 — Registro anual de despachante ..... Cr/ 732,00
- 23 — Registro anual de auto-escola ..... Cr\$ 732,00
- 24 — Registro de instrutor de auto-escola ..... Cr\$ 107,00
- 25 — De oficinas mecânicas que regravem motores e chassis de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano ..... Cr\$ 107,00
- 26 — De estabelecimentos que comerciem com veículos irre recuperáveis ou peças básicas (motores e chassis), por ano ..... Cr\$ 107,00

## V — Serviços diversos:

- 27 — Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários, por folha ..... Cr\$ 10,00
- 28 — Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados ..... Cr\$ 10,00
- 29 — Pedidos protocolados no Detran ..... Cr\$ 10,00
- 30 — Levantamento de acidentes, à conta do causador devidamente julgado ..... Cr\$ 71,00
- 31 — Substituição de certificado de registro ..... Cr\$ 71,00
- 32 — 2a. Via do certificado de registro ..... Cr\$ 71,00
- 33 — Vistorias domiciliares ..... Cr\$ 71,00
- 34 — Substituição de placas ..... Cr\$ 34,00
- 35 — Guinchamento ..... Cr\$ 107,00
- 36 — Estadia no estacionamento oficial do Detran, por dia ..... Cr\$ 13,00
- 37 — Apostilas em certificados ..... Cr\$ 34,00

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 149/77.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem) É evidente, Sr. Presidente, mas apenas para uma medida cautelar: Votaremos hoje, só o projeto original, em 2a. ...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que tem um parecer inclusive favorável, da Comissão de Finanças e da de Polícia. O SR. ENÉAS FARIA — Votaremos favoravelmente ao projeto original, para ensejar que nos detenhamos no Substitutivo que já traz um reparo necessário para aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência acolhe o que em Questão de Ordem o Deputado ressalta, e coloca em votação o Projeto de Lei no. 149/77. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 389/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 229/77 - aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura com o Município de LAPA, objetivando a transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física. Parecer Favorável da C.C.J., — APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Costa Curta. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Glacy Orcelli - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Banco do Brasil S/A., Presidente do Banco Central do Brasil, Ministro da Fazenda e ao Ministro da Agricultura, em forma de apelo no sentido de que seja criada uma linha de crédito aos sojicultores para a pré-comercialização de sua produção. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, no sentido de que sejam incluídos na pauta da próxima reunião do Conselho Interministerial, os preços mínimos para a carne suína e seus derivados. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado à ELETROSUL, no sentido de informar a respeito das desapropriações de terrenos na bacia de acumulação da Usina de Salto Santiago, em construção no Rio Iguaçu. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo e sugestão, no sentido de que seja dotado o atual Porto Passagem, em Guaíra, de 300 metros de caes, em concreto de pedras, bem como seja construída uma Estação de Passageiros. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei no. 149/77 e de Resolução no. 389/77.

1a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução no. 384/77, 386/77, 390, 391, 392, 393, 394, 395 e 396/77.

Levanta-se a Sessão.

#### RESOLUÇÃO No. 339/77

DATA: 02 de Dezembro de 1977.

SÚMULA: Altera o artigo 1o. da Resolução no. 37/72, de 04/12/72.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1o. — O valor a que se refere o Art. 1o. da Resolução no. 37/72, de 04 de dezembro de 1972, fica alterado para três (03) salários mínimos.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02/12/77

(a) IVO THOMAZONI — Presidente

#### RESOLUÇÃO No. 327/77

DATA: 02 de Dezembro de 1977.

SÚMULA: Dispõe sobre as Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa e dá outras providências. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1o. — A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I — pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II — pelos Líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1o. — Não poderão ser convocadas mais de duas (02) sessões extraordinárias entre duas (02) ordinárias.

§ 2o. — O disposto no parágrafo anterior não prevalecerá no caso de apreciação de proposição em regime de urgência.

§ 3o. — A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dias ou horas diversas das pré-fixadas para as Ordinárias.

§ 4o. — A Sessão Extraordinária poderá ser convocada, nos termos dos incisos I e II deste artigo, para se realizar no Plenário de qualquer uma das Comissões Permanentes.

Art. 2o. — Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicá-lo-á aos Deputados em Sessão.

Parágrafo Único — Se ocorrerem circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará as providências que julgar necessárias.

Art. 3o. — A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo Único — O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 4o. — A Assembléia Legislativa realizará, no mínimo, 8 (oito) sessões extraordinárias por mês, nas Comissões Permanentes.

§ 1o. — A remuneração do Deputado pelo comparecimento efetivo a essas Sessões Extraordinárias, será paga na forma estabelecida pela Constituição Estadual.

§ 2o. — No recesso parlamentar, a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a Sessão Legislativa.

Art. 5o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02/12/77

(a) IVO THOMAZONI — Presidente

#### JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento desta Augusta Casa, encontra-se tramitando o Projeto de Resolução no. 62/73, que propõe novo Regimento Interno para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Atualmente, submetido a um reexame integral por parte desta Comissão Especial, convém que se assinala que, embora aprovado em primeira discussão, tal Projeto deverá sofrer algumas modificações radicais, por força, inclusive, de alterações constitucionais e legais que, em alta velocidade, têm sido introduzidas neste País.

O fato inquestionável, entretanto, é que em alguns pontos, ante a tecnologia moderna, cujos resultados positivos mesmo os humanistas são pródigos em reconhecer, o atual Regimento Interno, que já prestou bons serviços à Casa, está emperrando a

sua dinamização, e onerando-a além do necessário.

É o caso das Sessões Extraordinárias, cuja convocação, via de regra, feita para atender ao preceito constitucional, do parágrafo 4o. do artigo 13, da Carta Estadual, não justifica todo o seu aparato para uma duração de apenas trinta minutos improrrogáveis.

Noutros Estados-membros, as Assembléias Legislativas têm encontrado solução adequada com a efetivação de sessões extraordinárias através de suas Comissões Permanentes, como acontece no Estado do Rio Grande do Sul. Ali, não só funcionam neste sentido o Plenário das Comissões, como também, se disciplinou o pagamento de tais subsídios, em seu Regimen-

to Interno, artigo 185, cujo parágrafo está assim redigido: § 2o. — No recesso parlamentar a parte variável dos subsídios será devida segundo a média recebida pelo Deputado durante a sessão legislativa”.

O presente Projeto de Resolução, quanto ao seu aspecto formal, traduz matéria já compreendida no Projeto de Resolução no. 62/73, de reforma regimental.

As necessidades evidenciadas no momento, entanto, atingiram o caráter de urgência, levando-nos a destacar a matéria com vistas a antecipar a sua aprovação, de modo a delinear uma atuação mais rápida e eficiente a todos quantos participem do processo legislativo.